

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Isabella Soares Silva

Desmonte da proteção social: uma análise sobre a responsabilização individualizada da família na garantia de proteção social e cuidados com a pessoa idosa

Juiz de Fora
2026

Isabella Soares Silva

Desmonte da proteção social: uma análise sobre a responsabilização individualizada da família na garantia de proteção social e cuidados com a pessoa idosa

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a conclusão da disciplina de Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Estela Saleh Da Cunha

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Isabella Soares.

Desmonte da proteção social: uma análise sobre a responsabilização individualizada da família na garantia de proteção social e cuidados com a pessoa idosa / Isabella Soares Silva. -- 2026.

60 f.

Orientadora: Estela Saleh da Cunha

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2026.

1. Cuidado. 2. Estado. 3. Proteção social . 4. Família. I. Cunha , Estela Saleh da, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Desmonte da proteção social: uma análise sobre a responsabilização individualizada da família na garantia de proteção social e cuidados com a pessoa idosa , para fins de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pelo(a) discente Isabella Soares Silva (matrícula 202119011), sob orientação da Prof.^(a) Dr^(a) Estela Saleh da Cunha e coorientação da Prof. ^a) Dr^(a) _____, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 29 dias do mês de janeiro do ano de 2026 , às 17 horas, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dra	Estela Saleh da Cunha	Orientadora
Dra	Joseane Barbosa de Lima	Membro da banca
Dra	Nicole Cristina Oliveira Silva	Membro da banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AValiação DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 90 (noventa)

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

A banca sugeriu a construções de algumas notas explicativas sobre conceitos e categorias utilizadas ao longo do desenvolvimento do trabalho, bem como a retirada de qualquer possibilidade de identificação dos sujeitos envolvidos nas experiência relatadas.

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado **Aprovado**, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de **(colocar o nome do curso)**, deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 21 de janeiro de 2026.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Estela Saleh da Cunha, Professor(a)**, em 29/01/2026, às 19:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joseane Barbosa de Lima, Professor(a)**, em 29/01/2026, às 20:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nicole Cristina Oliveira Silva, Professor(a)**, em 31/01/2026, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabella Soares Silva, Usuário Externo**, em 02/02/2026, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2835265** e o código CRC **B967EC08**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Isabella Soares Silva
Matrícula Discente	202119011
Título do TCC	Desmonte da proteção social: uma análise sobre a responsabilização individualizada da família na garantia de proteção social e cuidados com a pessoa idosa.
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Dra Estela Saléh da Cunha
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	29/01/2026
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Dra. Joseane Barbosa de Lima Dra Nicole Cristina Oliveira Silva

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 21 de janeiro de 2026.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Estela Saleh da Cunha, Professor(a)**, em 30/01/2026, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2835268** e o código CRC **847E0657**.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representa, ao mesmo tempo, momentos difíceis, mas também momentos muito especiais, pois marca o fim de um ciclo muito importante na minha vida.

Aos meus pais, Marli e José Antônio, que me apoiaram e me incentivaram desde a escola e permitiram que eu me dedicasse somente à faculdade. Agradeço por todas as palavras de apoio e incentivo durante toda a graduação. Amo vocês!

À minha irmã Lidiane por todo apoio durante esse processo e agradeço ao meu sobrinho Vinicius, ele não sabe, mas me ajudou muito a distrair e tirar um pouco da ansiedade com seus brinquedos e brincadeiras.

À minha avó Geralda (*in memoriam*), que mesmo não estando presente na minha aprovação do curso e nesse encerramento de ciclo, foi muito importante em toda a minha trajetória até aqui. Sei que ela está muito feliz com esse momento. Te amo e saudades!

Aos meus avós Gelcira e José muito obrigada por todo apoio ao longo da vida, sou muito grata! Amo vocês!

À minha prima Ana Carolina, muito obrigada por estar em todos os processos da minha vida me apoiando e me incentivando.

Aos meus amigos Iara, Caio, Keciley, João Pedro e Júlia, obrigada por fazerem a faculdade ser um espaço mais leve, onde rimos, trocamos experiências, choros e raivas. Vocês foram muito importantes no meu desenvolvimento e amadurecimento. Obrigada por todo colo! Agradeço também a Lavínia por ter tornado esse processo mais leve com suas piadas.

Ao Projeto de Preparação e Educação para Aposentadoria (PPEA), obrigada por todos os ensinamentos e pelas trocas. Foi a partir dele que tive a certeza que gostaria de estudar a temática do envelhecimento.

Às minhas supervisoras de campo, Carla e Adrienne, obrigada por todos ensinamentos e conhecimentos. Vocês foram essenciais para a minha escolha do tema e foram muito importantes no meu amadurecimento ao longo do estágio.

À Estela, minha orientadora, muito obrigada por toda troca e ensinamentos, agradeço por ter confiado na minha capacidade e por toda a compreensão.

À minha banca, professoras Joseane e Nicole, obrigada por terem aceitado participar deste momento tão importante. Suas contribuições serão fundamentais para o enriquecimento do meu trabalho.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca compreender como o desmonte da proteção social no Brasil implica na responsabilização individualizada da família na garantia dos cuidados com a pessoa idosa. Para isso, o trabalho foi dividido em três capítulos, o primeiro que busca apresentar o impacto do capitalismo nos cortes de gastos sociais das políticas públicas e no aprofundamento das expressões da questão social para a classe trabalhadora, aborda como a questão social impacta o envelhecimento da classe trabalhadora, apresenta a instituição do conceito de família ao longo da história, a partir de uma breve contextualização sobre a organização da família para atender a lógica do capital. Logo depois, é apresentado os modelos de família e a organização e transformação da família na classe trabalhadora. Em seguida, é analisado o trabalho remunerado e o trabalho doméstico realizado pela mulher e, por fim, o papel da mulher no cuidado com a pessoa idosa. O segundo capítulo busca apresentar o desmonte das Políticas de Seguridade Social e da proteção social no Brasil e, também, sobre a rede de proteção social à pessoa idosa. O último capítulo, busca relacionar o que foi debatido nos dois primeiros capítulos com os relatos de experiências de estágio em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e em um hospital de urgência e emergência, no município de Juiz de Fora, a partir do exercício cotidiano de trabalho do Serviço Social nas instituições. A pesquisa demonstrou que a centralidade da família na provisão de bem-estar para os seus membros, com o passar do anos e pelo desenvolvimento do capital , está se tornando cada vez mais presente na realidade social da população.

Palavras-chave: Família; proteção social; Estado; cuidado.

ABSTRACT

The present Undergraduate Final Paper seeks to understand how the dismantling of social protection in Brazil leads to the individualized responsibility of families in ensuring care for older adults. To this end, the study is divided into three chapters. The first chapter addresses the construction of the concept of family throughout history, starting with a brief contextualization of family organization in order to meet the logic of capital. Subsequently, family models and the organization and transformation of families within the popular classes are presented. Next, the analysis focuses on paid labor and domestic work performed by women, and finally, on the role of women in caring for older adults. The second chapter aims to present the impact of capitalism on cuts in social spending within public policies and on the deepening of the expressions of the social question for the working class. It then discusses the dismantling of Social Security Policies and social protection in Brazil, as well as the social protection network for older adults. The final chapter seeks to relate the discussions presented in the first two chapters with reports of internship experiences at the Unidade de Pronto Atendimento Norte (UPA Norte) and at the Hospital de Pronto Atendimento Dr. Mozart Teixeira (HPS), based on the daily work practices of Social Work within these institutions. The research demonstrated that the centrality of the family in the provision of well-being for its members, over the years and with the development of capital, has become increasingly present in the social reality of the population.

Keywords: Family; Social protection; State; Care.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 FAMÍLIA, TRABALHO E ENVELHECIMENTO	10
2.1 Capitalismo, política social e questão social	10
2.2 O envelhecimento da classe trabalhadora	14
2.3 A evolução do conceito de família ao longo da história	19
2.3.1 A instituição família como respostas às necessidades do capital	19
2.3.2 Os “modelos de família”	22
2.3.3 A organização e a transformação da família na classe trabalhadora	28
2.4 O papel da mulher no cuidado à pessoa idosa	30
2.4.1 Trabalho remunerado e trabalho doméstico	30
2.4.2 O trabalho do cuidado	33
3 DESPROTEÇÃO SOCIAL E O CUIDADO COM À PESSOA IDOSA	37
3.1 O desmonte das Políticas de Seguridade Social e da proteção social no Brasil	37
3.1.1 O desmonte das Políticas de Seguridade Social no Brasil	37
3.1.2 (Des) proteção social	41
3.2 A rede de proteção social à pessoa idosa	45
4 RELATO DE EXPERIÊNCIA	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

1 INTRODUÇÃO

Os modelos de família ao longo da história vão se modificando, uma vez que são impactados pelo modo de produção capitalista e pela divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, a família e o Estado são instituições que favorecem a lógica do capital e seu desenvolvimento. O modelo de família favorável para o capitalismo é o modelo tradicional burguês, pois se organiza de acordo com a divisão sexual do trabalho, em que o homem é o provedor e a mulher é considerada “dona de casa”, realizando o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado.

A partir das mudanças econômicas, políticas e sociais ao longo dos anos, com o avanço do neoliberalismo no Brasil e o aumento da dívida pública, o Estado para continuar favorecendo a lógica do capital, realiza um severo corte nas políticas sociais, afetando diretamente a classe trabalhadora e as camadas mais pobres da sociedade. Esse desmonte faz com que os indivíduos pertencentes a tal classe não consigam acessar os serviços oferecidos pelas políticas ou os acesse de maneira muito precarizada. Nesse sentido, o Estado transfere sua responsabilidade de garantir os direitos sociais à população para a família, para a sociedade civil e para o mercado, fazendo com que, para se ter acesso a tais serviços se faça necessário a compra ou o acesso de maneira filantrópica.

Diante da centralidade da família na garantia de proteção social de seus membros, as mulheres são as principais responsáveis na previsão de bem-estar, devido à perspectiva moral de que a mulher deve realizar o trabalho doméstico e, com isso, o trabalho do cuidado. Desse modo, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, elas realizam uma dupla jornada de trabalho. As mulheres inseridas na classe trabalhadora, principalmente as mulheres negras, muitas vezes, realizam o trabalho doméstico remunerado e o mesmo trabalho sem remuneração em suas casas. Ou, muitas vezes elas são obrigadas a abandonar seus empregos formais e estudos para realizarem o trabalho do cuidado, o que gera instabilidade e dependência financeira, fazendo com que elas não consigam alcançar uma carreira profissional sólida.

A partir disso, as mulheres são as responsáveis pelos cuidados com a pessoa idosa, uma vez que o Estado não garante o acesso dos idosos às políticas públicas e, cada vez mais, o sistema da previdência social está sendo sucateado, prejudicando ainda mais o envelhecimento da classe trabalhadora, visto que a vida dos velhos trabalhadores é atravessada pela exploração e pela precarização do trabalho. E ao chegar na velhice ainda vai

ser impactada de forma mais profunda e devastante pelas expressões da questão social, devido a ausência de políticas sociais e serviços essenciais, como os de saúde, por exemplo.

Dessa forma, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral analisar como a desresponsabilização do Estado, no contexto do desmonte do sistema de proteção social brasileiro, intensifica a sobrecarga das famílias na garantia da proteção social e nos cuidados com a pessoa idosa. Com isso, se estabelecem os seguintes objetivos específicos: compreender os novos arranjos familiares e o papel da família na garantia da proteção social e nos cuidados com seus membros, a partir da reestruturação do Estado; entender a nova formação e o papel do Estado, enquanto motor do capitalismo na sociedade contemporânea; analisar o papel da pessoa idosa na sociedade contemporânea; analisar a responsabilização das famílias na garantia da proteção social e nos cuidados com a pessoa idosa na sociedade capitalista e compreender o papel da mulher no cuidado.

Para alcançar tais objetivos, o estudo aqui apresentado trata-se de uma pesquisa qualitativa. Segundo Sampieri et al (2013, p.6) “a pesquisa qualitativa busca entender os fenômenos em seu ambiente natural, considerando os significados que as pessoas atribuem às suas experiências”.

A estratégia metodológica utilizada é a revisão bibliográfica que “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (Gil, 2002, p.42). A seleção dos livros foi realizada de acordo com buscas sobre a temática trabalhada, além dos relatos de experiências de estágio na UPA Norte e no HPS.

Dito isso, destaco aqui o meu interesse pelo tema que surgiu pela minha inserção no estágio obrigatório, em que realizei os estágios I e II em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o estágio III em um hospital de urgência e emergência, no município de Juiz de Fora. Na UPA pude perceber o alto número de idosos internados e a complexidade das relações familiares. Então, surgiu o interesse de aprofundar e compreender o estudo sobre a realidade das famílias e a realidade da pessoa idosa na sociedade capitalista contemporânea.

Além disso, durante a realização do projeto deste trabalho, fui bolsista no projeto de extensão denominado Projeto de Preparação e Educação Para Aposentadoria (PPEA). No qual, foi realizado um grupo com 20 servidores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com interesse em compreender melhor o processo de aposentadoria. Neste projeto foram abordados vários temas, como o envelhecimento, a aposentadoria, a saúde física e mental da pessoa idosa, o processo de trabalho, tempo livre e projetos de vida.

Este trabalho foi dividido em três capítulos para a apresentação dos conteúdos elaborados. O primeiro capítulo apresenta como o capitalismo influenciou no desmonte das políticas sociais e no aprofundamento das expressões da questão social, como a questão social impacta o envelhecimento da classe trabalhadora, apresenta como o trabalho influencia na formação e na organização da família, apresenta os modelos de família ao longo da história, apresenta a organização e a transformação das famílias na classe trabalhadora, apresenta o trabalho remunerado e o trabalho do cuidado e, por fim, o papel da mulher no cuidado com a pessoa idosa.

O segundo capítulo apresenta o processo da desresponsabilização do Estado na garantia da proteção social ao longo do avanço do neoliberalismo; apresenta o desmonte da Seguridade Social a partir do avanço do neoliberalismo no Brasil e, por fim, como a (des) proteção social por parte do Estado impacta na vida da pessoa idosa.

O terceiro capítulo apresenta a relação do que foi analisado neste trabalho com as minhas experiências vivenciadas nos campos de estágio da UPA e do hospital de urgência e emergência, a fim de demonstrar como o desmonte das políticas sociais afetam a qualidade de vida da pessoa idosa e de sua família, principalmente as mulheres.

2 FAMÍLIA, TRABALHO E ENVELHECIMENTO

Neste capítulo será abordado como o capitalismo impacta nos cortes de gastos das políticas sociais e como as expressões da questão social se aprofundam na classe trabalhadora e nas camadas mais pobres da sociedade brasileira. Será apresentado como a questão social impacta o envelhecimento da classe trabalhadora. Além disso, será apresentado a evolução do conceito de família ao longo da história, com uma breve contextualização sobre como as famílias se organizaram e foram transformadas para atender às necessidades do Capital. Logo após, serão analisados os mais conhecidos modelos de família existentes na sociedade atual. E como as famílias da classe trabalhadora se organizaram e se transformaram ao longo do avanço e desenvolvimento do capital.

Em seguida, será analisado o papel da mulher no cuidado com a pessoa idosa. A partir da contextualização do trabalho remunerado e do trabalho doméstico na vida das mulheres e, por fim, será estudado o trabalho do cuidado, realizado pelas mulheres para garantir bem-estar à pessoa idosa.

2.1 Capitalismo, política social e questão social

É importante compreender o funcionamento do sistema capitalista para posteriormente analisar a proteção social. Segundo Iamamoto (2009), o capital financeiro surgiu da fusão entre o capital industrial e o capital bancário, através da expansão monopolista. Nesse contexto,

a concentração da produção e a expansão industrial transformam a competição em monopólio, dando origem a um gigantesco processo de socialização da produção - incluindo os inventos, o aperfeiçoamento técnico e mão-de-obra mais especializada -, que se choca com a apropriação privada. (Iamamoto, 2009, p.21)

Os países exportadores de capital tendem a repartir a economia e a política no mundo, segundo seus interesses, por meio de monopólios do Estado, através de uma política denominada por Iamamoto (2009) como “política colonial”. Na qual, “subordinam conjuntamente os povos e Estados Nacionais, mesmo aqueles dotados de independência política, transitoriamente aprisionados em uma rede de dependência financeira e diplomática.” (Iamamoto, 2009, p.22)

Nesse contexto, o sucesso do mercado só ocorre com a intervenção das instâncias políticas dos Estados nacionais, nos tratados internacionais, o que homogeneiza os circuitos do capital, os modos de dominação ideológica e os objetos de consumo. Em que, ao mesmo tempo, há uma intensa heterogeneidade nas desigualdades das economias nacionais. Por isso,

A transferência de riqueza entre classes e categorias sociais e entre países está na raiz do aumento do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial, da chamada 'flexibilidade' das condições e relações de trabalho, além do desmonte dos sistemas de proteção social. (Iamamoto, 2009, p. 25)

A partir disso, Silva (2012) aponta que o desenvolvimento do modo produção capitalista resultou no desenvolvimento das formas de capital. Tal desenvolvimento transforma-se em mercadoria específica, com valor de uso e valor, o qual Marx denomina de capital portador de juros. O valor de uso do capital portador de juros é utilizado como capital, o que impulsiona a produção de valor por meio do capitalista que investe diretamente no processo produtivo, que compra a matéria prima e os meios de produção para gerar uma mercadoria, na qual terá um valor. A produção dessa mercadoria é realizada a partir do exercício do trabalho de um indivíduo. Desse modo, o lucro é considerado o valor de uso da mercadoria e o juro é uma parte desse valor, dada pela remuneração de sua utilização.

A partir do capital portador de juros surge o capital fictício, porque em determinado momento o capital portador de juros opera com a especulação e com a acumulação futura, não tendo uma base material. Por isso, “o capital fictício constitui-se na forma ilusória que adquire rendimentos que parecem provir do capital portador de juros” (Silva, 2012, p.213). Sendo assim, o capital fictício opera sobre as ações e títulos da dívida pública.

O capitalismo com base nas finanças permite que o capital que porta juros, o capital fetiche, ao estender sua lógica para o Estado, por meio fundamentalmente da emissão de títulos da dívida pública, aproprie-se de parte do trabalho excedente constituído em forma de políticas sociais e ainda, por meio do crédito, se aproprie do trabalho necessário ao inserir a classe trabalhadora no circuito das finanças à custa do seu endividamento e também por meio dos fundos de pensão que operam com os rendimentos da classe trabalhadora para a capitalização no mercado financeiro. (Salvador, 2012, p.216)

O fundo público, de acordo com Behring (2021), é um componente estruturante do capitalismo, sendo “um *mix* de mais - valia (trabalho excedente) e trabalho necessário apropriado pelo Estado a partir de sua capacidade extrativa de parte dos juros, lucro, renda da

terra e salários, a ser repartidos majoritariamente em favor dos segmentos hegemônicos” (Behring, 2021, 100). Nesse viés, a autora destaca que o fundo público contribui com a efetivação da participação do Estado no capitalismo, uma vez que além de exercer suas funções de coerção e legitimação, o Estado age na garantia de produção e reprodução social. Há uma intervenção do Estado no processo de acumulação.

Na verdade, o Estado é convocado a disponibilizar parte significativa do fundo público para a reprodução ampliada do capital, para o circuito de produção e realização do valor (BEHRING, 2010 e 2012), passando a ser um componente estrutural (OLIVEIRA, 1998) do processo de acumulação, expressando a forte contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção no capitalismo maduro. (Behring, 2010 e 2012, Oliveira, 1998, apud, Behring, 2021, p.116)

O fundo público, então, faz com que o Estado garanta as condições gerais de produção, através de proporcionar condições de rotação e valorização do capital e garantir o exercício do trabalho para o capital, de forma precária, gerando uma maior exploração. Além disso, Behring (2021) reforça que o fundo público também tem um papel estrutural no circuito do valor, em que auxilia na queda das taxas de lucro. Nesse sentido,

O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas, pelo uso das suas políticas monetária e fiscal, assim como pelo orçamento público. Uma das principais formas de realização do fundo público é por meio da extração de recursos de sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida, portanto, conforme Behring (2010), é parte do trabalho excedente que se transformou em lucro, juro ou renda da terra, sendo apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções. (Salvador, 2012, p.126)

A partir disso, é possível compreender que as crises ocorridas no desenvolvimento do capitalismo contribuíram com o aumento da dívida pública nos países. Nessa perspectiva, o capitalismo portador de juros em sua forma fictícia realiza a extração de grande parte do fundo público através de dívidas dos Estados e de empresas estatais. Fazendo com que o Estado participe do mercado financeiro alocando o orçamento público com o intuito de reduzir os juros da dívida pública. No entanto, o fundo público também é fundamental para a classe trabalhadora, visto que é a partir da verba pública que as necessidades de tal classe são atendidas por meio das políticas públicas.

Para o capitalismo, no contexto de crise estrutural e da hegemonia do capital portador de juros, a dívida pública é considerada favorável. Como aponta Behring (2021, p.146),

a dívida pública se torna um mecanismo fundamental de punção da riqueza socialmente produzida, engendrando também a expropriação de direitos, por meio da captura, da punção do fundo público. Trata-se de uma dinâmica que atinge todos os países capitalistas, sobretudo os da periferia, mediada evidentemente pelas especificidades e pela correlação de forças entre as classes e seus segmentos em cada espaço nacional.

Com isso, o Estado aloca recursos nos serviços da dívida pública, fazendo com que o investimento nas políticas sociais seja reduzido de maneira drástica. A crise do capital é usada de argumento para justificar a redução de recursos nas políticas sociais.

Segundo Salvador (2012), tal argumentação sobre o corte de gastos sociais é usada para esconder as reais intenções de diminuir os custos com a força de trabalho e configurar o fundo público para atender as demandas do capital. Desse modo, há um impacto nos direitos sociais e acarreta na desresponsabilização e no desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que gera a responsabilização das famílias e da sociedade civil na garantia de bem-estar e dos direitos e há uma privatização dos serviços essenciais, como saúde, educação e previdência, invertendo o lucro. O corte nos gastos sociais gera consequências no âmbito da Seguridade social, como a

perda do valor real em vistas da carga tributária e das demandas sociais; a permanência da previdência como a maior destinatária dos recursos da seguridade, embora haja regressão em virtude da informalidade; decréscimo ou estagnação dos recursos da política de saúde em relação ao orçamento da seguridade; e ampliação da participação da política de assistência social no orçamento após a unificação dos programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família. (Salvador, 2012, p.219)

Com isso, há um aumento na pobreza que escancara

a face mais degradante da desigualdade no acesso aos bens e serviços sociais, e aos direitos absolutamente necessários como saúde, moradia, habitação, educação, trabalho, socialmente produzidos e individualmente apropriados. (Boschetti, 2012, p.45)

A partir disso, os programas de transferência de renda são conquistados e planejados para o enfrentamento da pobreza e da miséria. Tais programas fazem com que as políticas sociais sejam seletivas e focalizadas. A partir deles, ocorre a transferência de renda de forma monetizada com um valor muito baixo, através de instituições bancárias. É restrita para um grupo específico de beneficiários, como mulheres, idosos e crianças, por exemplo, sendo eles considerados os mais pobres. Tais programas reforçam o caráter familista, transferindo a

responsabilidade para mulheres, em casos para o recebimento de pagamentos de programas destinados às crianças ou idosos que não possuem condições de saúde para receberem, por exemplo.

Nesse sentido,

A monetarização, portanto, consiste no processo de repasse de recursos monetários tanto aos beneficiários, em vez de operar com prestação de serviços diretos pelo Estado, quanto ao capital para operarem com a prestação dos serviços. Ou seja, não é apenas o repasse direto de recursos aos prestadores de serviços, mas sim uma remuneração, extraída do valor total dos recursos repassados, para que operem com os benefícios (e que ocorre nas demais políticas sociais, como no caso da previdência). (Silva, 2012, p.234)

Tal remuneração serve ao capital portador de juros, visto que a renda é transferida para instituições bancárias, o que alimenta o capital. Assim, o Estado paga ao capital financeiro para a manutenção desses programas.

Portanto, é possível compreender que o Estado retira sua responsabilidade em garantir os direitos sociais à população, fazendo com que essa recorra por recursos na própria família, gerando uma responsabilização dos cuidados e na garantia de bem estar nas mulheres das redes familiares. E, também, há uma privatização na oferta de tais serviços, na qual apenas os indivíduos de classes mais altas conseguem ter acesso, aumentando ainda mais a desigualdade social entre a população e a desigualdade de acesso aos direitos.

2.2 O envelhecimento da classe trabalhadora

O envelhecimento, para Nóbrega (2020), é um processo que está diretamente vinculado com todos os estágios da vida humana e é pertencente ao processo de reprodução social. Por isso, é considerado uma construção pessoal e social, porque a partir das questões sociais, políticas, econômicas e culturais que são demarcadas as particularidades do processo de envelhecimento de cada indivíduo e, também, pela fase da vida denominada velhice nesta sociedade. O autor define que “o processo de realização da vida coincide com o processo de envelhecimento” (Nóbrega, 2020, p.75). As transformações sociais ocorridas durante toda a vida afetam os indivíduos e, nesse sentido, a existência está diretamente vinculada com a totalidade do mundo em movimento, fazendo com que o processo de envelhecimento seja

entendido através da visão de totalidade, a partir da relação entre a condição biológica, condição sociológica e condição geográfica.

A velhice é entendida através da experiência do indivíduo com o tempo e com a sua condição de vida. De acordo com Haddad (1986), a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a idade de 65 anos como o início caracterizador da velhice. Porém, essas idades não podem ser exatamente consideradas como indicadores de velhice, porque os indivíduos possuem condições sociais, de gênero e de raça distintas e, por isso, a velhice resulta da forma de como os sujeitos foram inseridos nas relações sociais em toda sua vida. Nesse sentido, de acordo com o Censo 2022 do IBGE, houve um aumento na população idosa de 60 anos ou mais de 56,0% em relação a 2010. E um aumento da população de 65 anos ou mais de 57,4% comparado com o ano de 2010. E que o índice de envelhecimento no Brasil subiu de 30,7 em 2010 para 55,2 em 2022. A partir dos dados é possível compreender que com o passar dos anos a população idosa no país está aumentando cada vez mais e, por isso, é necessário uma maior atenção na elaboração e efetivação de políticas públicas, ações que garantam o bem-estar e a qualidade de vida e ações que incluam a população idosa nas relações sociais.

O processo de envelhecimento, na maioria das vezes, é negado pelos sujeitos, por meio da construção social estabelecida através de estigmas e estereótipos relacionados à pessoa idosa. O desejo de não envelhecer é reforçado através das influências sociais e culturais, por meio da mídia, por exemplo, que estimula os indivíduos a realizarem procedimentos estéticos, para obterem uma aparência mais jovem, retardando os traços físicos de uma pessoa idosa, como afirma Debert (2000, p. 155):

as revistas tendem a convocar todas as mulheres, mesmo as que ainda não entraram na idade adulta, para uma verdadeira batalha contra o avanço da idade, oferecendo uma série de procedimentos capazes de evitar ou retardar o processo.

É possível compreender que as mídias, a sociedade e o Estado reforçam cada vez mais a visão negativa sobre a velhice e que “[...] não queremos conhecer e para qual encontramos formas cada vez mais sofisticadas de negar existência” (Debert, 2000, p.157).

Nessa perspectiva, é importante analisar a velhice na sociedade contemporânea. Segundo Nóbrega (2020), o modo de produção capitalista utiliza os seres humanos como peças no processo produtivo e, com o avanço tecnológico, as máquinas são implementadas

para agilizar e aumentar a produção, gerando a substituição dos indivíduos de acordo com a sua capacidade produtiva, fazendo com que os mais jovens estejam inseridos e com um maior grau de importância na divisão internacional do trabalho e com que os mais velhos sejam descartados do processo produtivo. Tal exclusão faz com que os idosos sejam marginalizados e gera uma perspectiva social de que os indivíduos ao se tornarem velhos estão impossibilitados de exercerem atividades laborais, reduzindo sua importância na dinâmica social e reforçando ainda mais a concepção de que o sujeito a partir do momento em que atinge a velhice não está capacitado para nenhuma atividade social e, sim, aguardando sua morte.

Vale ressaltar que na contemporaneidade a centralidade das relações está pautada na produção e no consumo. Nesse viés, Haddad (1986) apresenta que o termo “terceira idade” é de origem francesa e foi criado pelo gerontologista Huet, tendo como seu princípio cronológico a faixa entre 60 e 65 anos. Para Nóbrega (2020), tal termo é utilizado como meio de sensibilização, para se referir aos velhos, com o objetivo de integrá-los ao processo de circulação do capital, através do turismo e do consumo, principalmente. O termo terceira idade contribui com a negação do envelhecimento e a afirmação da juventude, o que não valoriza a pessoa idosa e, sim, colabora com o aumento do consumo e consequentemente da produtividade, atendendo diretamente aos objetivos do capitalismo.

Segundo Santos et al (2017), o envelhecimento para a classe trabalhadora é uma das expressões da questão social, uma vez que a população pertencente a essa classe, além de vender sua força de trabalho enfrentando todas as transformações e desafios impostos pelo mundo de trabalho em busca de sua sobrevivência, ao envelhecerem continuam enfrentando problemas sociais, como sua exclusão e desvalorização por conta de sua diminuição na contribuição com a produção social. O que afeta diretamente na garantia de sua qualidade de vida, pois não possuem uma velhice digna.

Nesse contexto, a classe trabalhadora além de enfrentar as expressões da questão social devido ao processo de exploração e expropriação do trabalho, ao envelhecer enfrenta o agravamento de tais manifestações, como o surgimento ou a piora de doenças, recorrentes do processo de trabalho e o aprofundamento das desigualdades sociais, como afirma Santos et al (2017, p.83):

E essas desigualdades sociais são ampliadas no envelhecimento do trabalhador, geralmente, para os trabalhadores pobres, em que a trajetória foi marcada por condições precárias de vida e trabalho, que tiveram suas

necessidades sociais, submetidas aos mínimos sociais para manter sua subsistência e de sua família.

A partir do aprofundamento das desigualdades sociais, a pessoa idosa enfrenta a falta de proteção social pelo Estado, a pobreza, a dependência de recursos públicos e privados e a exclusão das relações sociais imposta pela sociedade contemporânea, que descarta o valor do idoso no meio social, o que intensifica a solidão e o isolamento desses indivíduos.

Nesse viés, como foi exposto mais acima, a população idosa no país está crescendo cada vez mais e, por isso, é necessário analisar a desresponsabilização do Estado em garantir a proteção social da pessoa idosa, por meio das políticas públicas e políticas sociais, para a provisão do bem estar e para a melhoria da qualidade de vida destes sujeitos.

O avanço do neoliberalismo no país foi um dos fatores responsáveis pela negligência e responsabilização das famílias pela proteção social de seus membros, com a criação e o direcionamento de políticas cada vez mais focalizadas. E, como consequência, uma maior interação com o setor privado e as organizações não governamentais (ONGs), para que haja uma divisão de responsabilidades na garantia da proteção social, que é dever do Estado. Nesse contexto, Teixeira (2007, p.10) afirma que a Política Nacional do Idoso (PNI), constituída no ano de 1994:

passou não apenas a regular as diversas iniciativas privadas e públicas de ações de proteção ao idoso, criando princípios e diretrizes para uniformizá-las, mas também a legalizar e incentivar as instituições privadas como executoras da política instituindo um ‘novo’ e, ao mesmo tempo, um ‘velho’ metier de fazer política social no Brasil

Logo, é possível compreender que a PNI contribui com a transferência de responsabilidade da proteção social com a sociedade civil, através da família por meio dos cuidados, de ações desenvolvidas por ONGs e por meio da venda de serviços por instituições privadas. Porém, tais instituições não podem garantir direitos, pois “não se movem por princípios de universalidade, considerando-se seu âmbito restrito de ação (e de financiamento), sendo geralmente respostas pontuais, locais e precárias”. (Teixeira, 2007, p.11)

A partir disso, é notório uma super responsabilização da família nos cuidados com a pessoa idosa e, conseqüentemente, uma sobrecarga desses sujeitos. A PNI possui como o primeiro princípio:

I - a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida; o segundo também expressa essa responsabilidade social, logo da sociedade para com os idosos: II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos. (BRASIL, 2000, p.6-7).

O que contribui para o incentivo e reconhecimento do papel da família na provisão de bem estar para a pessoa idosa, deixando a família “à sua própria sorte, obrigando-a a buscar os serviços no mercado ou perecer na pobreza, para os incapazes de pagar pelos serviços” (Teixeira, 2007, p.13). Segundo Bernardo (2017, p.65), a PNI fortalece a parceria entre público e privado, o que incentiva ações privatistas e filantrópicas.

A responsabilização da família faz com que tal instituição seja o principal espaço de cuidados informais, em que Moreira (1998, apud Teixeira, 2007, p.10) denomina como cuidador informal:

[...] elemento da família do idoso ou a ela relacionado, sem necessária formação específica que passa a ser o responsável pelo desenvolvimento das ações cuidativas relativas às demandas de cuidados emanados pelo geronte. Estas atividades são, geralmente, exercidas de forma desconta, com substituições deficitárias e com pouca ou predominantemente nenhuma remuneração.

Nesse sentido, há uma sobrecarga nas famílias devido aos cuidados com os mais velhos, principalmente nas famílias mais pobres, em que não conseguem comprar serviços das instituições privadas e, por isso, são totalmente responsáveis pelos cuidados. O que gera uma sobrecarga nesses indivíduos, uma vez que vendem sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência e a de seus membros e são obrigados a cuidar da pessoa idosa mesmo desgastados, por conta da exploração do trabalho, e sem receber nenhum tipo de remuneração.

Bernardo (2017, p.70) destaca que além da sobrecarga das famílias e da responsabilidade moral por seus membros, há “uma relação perversa de ações punitivas e culpabilizadas, inclusive com amparo legal”. Para mais, as mulheres são as que mais realizam

as atividades do cuidar, o que retoma a discussão iniciada neste trabalho sobre a dupla jornada de trabalho e a sobrecarga, em que a mulher realiza o trabalho remunerado para contribuir com a reprodução social e o trabalho não remunerado, por meio dos cuidados e das tarefas domésticas. O que prejudica sua carreira profissional e sua vida pessoal, pois:

As mulheres cuidadoras não conseguem se inserir no âmbito da produção, gerando dependência financeira e instabilidade diante de um futuro sem a garantia da proteção social, reduzindo ainda mais as chances de retaguarda via o trabalho assalariado. (Bernardo, 2017, p. 70)

Portanto, o Estado se desresponsabiliza cada vez mais da garantia da proteção social da pessoa idosa, com o objetivo de atender às demandas do capital na sua expansão e desenvolvimento, “para tornar o Estado mais ágil, menor e desburocratizado, compatível com as exigências do ajuste estrutural à nova ordem, logo, com os ditames do neoliberalismo” (Teixeira, 2007, p.21). Como consequência, a sociedade civil e, principalmente, a família são responsabilizadas pelos cuidados e pela garantia da proteção social dos indivíduos.

2.3 A evolução do conceito de família ao longo da história

2.3.1 A instituição família como respostas às necessidades do capital

Para compreender a instituição família é necessário entender que o trabalho é fundamental na sociabilidade humana, visto que o trabalho transforma a natureza, assim como transforma o ser humano. Então, as relações humanas são construídas a partir do trabalho, uma vez que a reprodução da vida se baseou a partir de tais relações por meio do ambiente do trabalho. Logo,

a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade, entendido na linha de interpretação de Lefebvre (1977). (Gama, 2014, p. 31)

Nessa perspectiva,

no seio de toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionadas uma à outra. Compreendidas dessa forma, a produção e reprodução são indissociáveis. (Gama, 2014, p. 31)

A partir disso, é possível compreender que os impactos do processo de trabalho, – principalmente após a reestruturação do capitalismo no final do século XX, que será desenvolvido no capítulo 2 deste trabalho – como o desemprego estrutural, a precarização dos vínculos empregatícios e as perdas de direitos e salários fazem com que os trabalhadores sejam individualmente e coletivamente afetados por tais impactos, uma vez que repercutem por todas as áreas de sua vida, principalmente e primeiramente na família, como ressalta Borges (2007).

Nesse sentido,

As famílias são forçadas a se adaptar continuamente às novas condições impostas pelo mercado e, sobretudo, num contexto de crise, a promover constantes rearranjos na tentativa de minorar as perdas sofridas, cuja gravidade dependerá da condição que o trabalhador atingido ocupa na família e da sua contribuição para a provisão do núcleo familiar. (Borges, 2007, p. 181)

Dessa forma, a família, na sociedade capitalista, atende as necessidades de tal modo de produção, como destaca Osterne (2001, p. 74)

Durham assinala que a família submetida à lógica do capital, despojada dos meios de produção, obriga-se a adquirir as mercadorias necessárias à sua subsistência através da venda individual da força de trabalho de seus componentes. Coletivizando, no todo ou em parte, os salários recebidos, a família organiza-se, não como unidade de produção, mas como unidade de rendimentos.

A família é construída pelas relações de afeto, cuidado, proteção, conflitos, pelos impactos da dinâmica do trabalho e pela reprodução social. Fazendo com que esteja sempre em transformação, visto que de acordo com Osterne (2001) tal instituição é fruto de seu meio social e de seu momento histórico, em que os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais impactam em sua formação. Logo,

a família exerce papel preponderante na manutenção da ordem social, na reprodução biológica e na repetição da estrutura e das relações sociais; é espaço por excelência de acumulação de capital em suas várias vertentes e de transmissão entre as gerações. Ela transmite nome, patrimônio material,

ensinamentos, hábitos, costumes, crenças, ideologias, princípios. Sua história, entretanto, é descontínua, não linear e não homogênea. O que existe são padrões familiares distintos, cada qual com suas histórias e explicações. (Osterne, 2001, p.80)

Para garantir a sobrevivência na sociedade capitalista é necessário que os indivíduos vendam sua força de trabalho para obterem acesso ao mínimo necessário para sua subsistência. Além disso, a família é uma das instituições que mantém o capitalismo ativo, uma vez que “se constitui como um espaço de consumo de bens e serviços, uma vasta comercialização de espaços especializados, uma divisão do trabalho social projetada sobre e fora dela e que se insere na reprodução global” (Gama, 2014, p.37). Desse modo,

sobre os limites borrados do trabalho e da cidadania e sobre a desarticulação entre a esfera do trabalho, do consumo, e da cidadania é que as famílias criam seu espaço de ação, o *seu agir sobre si mesma*. Neste sentido, pode se pensar também que a família se constitui como *valor* – de uma dupla forma – porque é valorizada, porque este valor lhe pertence. (Bilac, 1995, p.50, grifos do autor)

É importante destacar que segundo Sarti (1995, p.143) “o trabalho é o instrumento que viabiliza a vida familiar”, uma vez que o sentido de trabalhar para a família garante a sobrevivência de seus membros e reforça a concepção do homem como provedor e valoriza o trabalho doméstico realizado pela mulher. Nesse viés, a autora destaca que

o valor do trabalho está, então, associado ao destino de seus rendimentos. O ‘bom trabalhador’ não é o bom profissional, mas o bom provedor. O que efetivamente importa é que ele “traga o dinheiro para casa”, como exprimem as mulheres sobre seus maridos. (Sarti, 1995, p.143)

Desse modo, é necessário compreender como a divisão sexual do trabalho impacta na formação e na organização das famílias.

Segundo Hirata e Kergoat (2007, p.599, apud, Gama, 2014, p.38) o conceito de divisão sexual do trabalho é

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor adicionado (políticos, econômicos, militares etc.).

Tal conceito, como aponta a autora, possui dois princípios organizadores fundamentais: o princípio da separação, no qual os trabalhos são divididos por gênero, em que existem trabalhos específicos para os homens e trabalhos específicos para mulheres; e o princípio hierárquico, no qual o trabalho do homem vale mais, é mais importante que o trabalho da mulher.

A partir dos dois princípios organizadores fundamentais da divisão sexual do trabalho, é possível compreender que na maioria das vezes o trabalho específico para mulheres é o trabalho doméstico, sendo entendido como “um conjunto de atividades relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família ou domicílio – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (Gama, 2014, p.43).

Nesse contexto, Osterne (2001, p.71) aponta que

a divisão sexual do trabalho na família operária – onde a mulher produz valor de uso na prática das atividades domésticas, e o homem produz valor de troca no exercício do trabalho assalariado – é compatível com a racionalidade do sistema capitalista pela garantia da possibilidade de salários abaixo do custo de reprodução da força de trabalho.

Portanto, é favorável para o sistema capitalista que tal divisão sexual do trabalho seja cumprida pelas famílias na sociedade, na qual o homem realiza o trabalho assalariado e, com isso, é o responsável financeiramente pelas despesas da casa e garante a sobrevivência da família e a mulher contribui com o trabalho doméstico e com o cuidado com os filhos. Com o objetivo de garantir a manutenção da reprodução das relações produtivas e sociais impostas no modo de produção capitalista. Assim, o modelo burguês de família, composto pelo pai, mãe e filhos ainda é muito valorizado na sociedade, ainda que não seja exclusivo. A partir disso, alguns modelos de família serão apresentados no próximo tópico deste trabalho.

2.3.2 Os “modelos de família”

A história da família não é linear, visto que tal instituição transforma-se ao longo dos anos, de acordo com os fatores sociais, econômicos e culturais de cada sociedade. Por isso, segundo Osterne (2001) nas famílias medievais as crianças cresciam afastadas dos pais e, a partir do século XVII, o cuidado com as crianças passou a ser valorizado o que gerou o

surgimento de novos sentimentos e de afetividade, fazendo com que surgisse um modelo moderno de família, o modelo burguês:

O modelo burguês de família centrado na criança, no lar e no patrimônio, cujo padrão emocional se definia pela autoridade restrita aos pais e ‘profundo amor parental pelos filhos’, teria se instalado, primeiramente, nos meios burgueses, antes de se estender progressivamente a toda sociedade. (Osterne, 2001, p. 49)

A autora destaca que a partir do século XVIII que o modelo burguês de família começou a incorporar-se na sociedade. Através do surgimento das escolas, da privacidade do lar, no convívio das crianças com os pais no núcleo conjugal, do sentimento de família em conjunto com o sentimento de classe. Tal modelo foi valorizado principalmente pela Igreja.

O modelo de família nuclear burguesa é marcado por:

relações familiares baseadas na hierarquia, na subordinação, no poder e na obediência. Aceita-se a prevalência da autoridade masculina, admitem-se as relações desiguais, acredita-se que o mundo externo pertence ao masculino e a casa ao feminino. (Osterne, 2001, p.50)

Tal modelo, na sociedade capitalista é transformado pelas necessidades de reprodução desse modo de produção e, por isso, além da família ser transformada como reprodutora da força de trabalho é considerada também uma unidade de consumo, como destaca Osterne (2001, p.73) “[...] sugere, pois, que a família seja analisada na sua vinculação com o sistema de produção e também como unidade de consumo”.

Nesse viés, a autora ressalta que a oposição dos papéis na família entre homens e mulheres, em que o primeiro é o de prover e sustentar financeiramente seus membros e o segundo é o trabalho doméstico, é “produto da contradição entre o preço da força de trabalho e o custo de reprodução da família” (Osterne, 2001, p.78). Logo,

os papéis no grupo doméstico, mesmo que manifestos por linguagem e código de parentesco, não poderiam deixar de ser econômicos, pois deveriam produzir, além de valores de uso, a renda monetária necessária para reproduzir a força de trabalho e a própria família. (Osterne, 2001, p.78)

Nessa perspectiva, as famílias que não se encaixam nesse modelo são consideradas “desestruturadas” e “incompletas”. E são as mais responsabilizadas por problemas emocionais e “fracassos” como o escolar, por exemplo, devido a imposição desse modelo

como o “correto” pelas mídias, instituições e, principalmente, pelo modelo capitalista de produção, visto que é beneficiado por tal estrutura familiar na produção de bens e serviços e na garantia de lucro – assunto que será ainda aprofundado neste trabalho. Tal imposição gera uma inferioridade nas famílias que não se enquadram no modelo burguês, como aponta Szymanski (2006, p.25):

Supõe-se ou aceita-se, irrefletidamente, um modelo imposto pelas instituições da mídia e até mesmo de profissionais, que é apresentado, não só como jeito ‘certo’ de se viver em família, mas também como um valor. Isto é, indiretamente, é transmitido e captado, o discurso implícito de incompetência e de inferioridade, referindo-se àqueles que não ‘conseguem’ viver de acordo com o modelo. Essa sensação de ser ‘diferente’, ‘menos do que’ e ‘incompetente’ aparece no discurso daqueles que se desviam da norma.

Segundo Osterne (2001), a partir da entrada das mulheres no mercado de trabalho, do deslocamento nos papéis de gênero, das modificações no trato da sexualidade, da diminuição dos casamentos, do aumento das separações conjugais e da diminuição dos índices de fecundidade, os modelos familiares foram se modificando. Tendo o modelo burguês ainda como predominante, porém houve um aumento significativo das famílias monoparentais, sendo chefiadas por mulheres, houve também um aumento significativo das unidades domésticas chefiadas por idosos, um aumento das famílias em que o homem e a mulher possuem um trabalho assalariado e um aumento significativo das famílias homoafetivas. Além disso, a autora destaca que a privatização da instituição familiar e a passagem das funções socializadoras para o âmbito familiar burguês fez com que novos modelos de família surgissem. Osterne (2001, p.54) ressalta, também, como o capitalismo e a divisão sexual do trabalho contribuíram para o surgimento de novos arranjos familiares:

Respaldando tal reconhecimento, encontra-se a compreensão da emergência da economia de mercado como acontecimento marcante a influenciar a natureza, os fundamentos e as perspectivas das relações sociais. As relações de mercado e a crescente industrialização modificaram, lenta, mas radicalmente, o status social da família. A ascensão do capitalismo determinou a união da família para vencer as controvérsias da luta pela vida, ao mesmo tempo que a enfraqueceu como grupo extenso, incapaz de subsistir ao ambiente de proletarização. A nova divisão social do trabalho consolidou a separação entre casa e local de trabalho, produzindo grandes e paradoxais alterações na família. Rearranjaram-se os papéis e as funções, fazendo aparecer outra organização e correspondente dinâmica estrutural familiar.

A partir disso, como consequência da industrialização e da exploração da força de trabalho, a insuficiência do salário do homem para garantir a subsistência e o acesso a bens de serviços, em algumas estruturas de famílias tradicionais, fez com que os papéis dos membros das unidades domésticas fossem redefinidos. No qual, gerou a entrada da mulher e dos filhos ao mercado de trabalho. Então, “seria, portanto, pela sua própria via que a família trabalhadora haveria de tornar-se família trabalhadora, sem deixar de ser família sob o ponto de vista da construção ideológica” (Osterne, 2001, p.78)

As famílias monoparentais, em sua maioria, são chefiadas por mulheres e são compostas por elas e os filhos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo de 2022, foi possível identificar que, no ano de 2022, o país possuía 7,8 milhões de mulheres cuidando de seus filhos sozinhas, tendo um aumento de 1,9% do ano de 2010, em que a proporção era de 11,6% para o ano de 2022, com 13,5%. Ademais, o Censo de 2022 apresentou um salto na proporção de unidades domésticas chefiadas por mulheres, no qual em 2000 o percentual era de 22,2% e em 2022 tal percentual cresceu para 48,8%. Segundo Gama (2014), um dos fatores que acarretam tal composição familiar são a precariedade do laço conjugal e o abandono. A autora define que as famílias chefiadas por mulheres são “um conjunto de ‘transformações econômicas, sociais, culturais e comportamentais que vão se sucedendo ao longo do tempo’, e que produzem variações nas trajetórias das mulheres, fazendo que essa chefia possa ter múltiplos significados.” (Gama, 2014, p.64) E destaca que a chefia feminina não ocorre apenas com mulheres pobres, é uma situação vivenciada por mulheres pertencentes a diversas classes sociais.

As desvantagens das mulheres em comparação aos homens no âmbito do mercado de trabalho fazem com que as mesmas enfrentem uma enorme dificuldade na criação de seus filhos, em sua carreira profissional e em sua qualidade de vida e na qualidade de vida de seus filhos, uma vez que

as mulheres chefes de família enfrentam dificuldades suplementares, ao terem que administrar sua dupla inserção nas esferas da produção e da reprodução, em condições desfavoráveis quando comparadas aos homens que também são chefes de domicílio e que, na sua maioria, contam com a participação, cada vez maior, das esposas, tanto na esfera dos cuidados domésticos como no mundo da produção. (Gama, 2014, p.66)

Favorecendo cada vez mais a

impossibilidade de as mulheres cumprirem bem as obrigações do chefe da família no enfrentamento da dupla condição de provedor e responsável pelo domicílio. Nesse contexto, a situação de privação vai ser transferida para as crianças e outros membros, pelo fato de as mulheres não apresentarem condições de garantir os mesmos níveis de subsistência da chefia masculina, gerando, portanto, um estigma de que elas são menos capazes para cuidar de suas famílias do que um homem. (Gama, 2014, p.66)

Assim, as mulheres investem a maior parte de seu ganho na manutenção de seu domicílio e nos cuidados com os filhos, fazendo com que não consiga cuidar melhor de sua saúde e autoestima, o que afeta sua qualidade de vida. Além, de exercer uma dupla jornada de trabalho, uma vez que exerce o trabalho assalariado e o trabalho doméstico, fato que também interfere em sua saúde e contribui com o estigma de que elas não são capazes de cuidar de sua família como um homem, como aponta a autora.

É importante destacar outro modelo de família, que são as famílias chefiadas por idosos. Segundo o Censo de 2022 do IBGE, houve um aumento na população idosa de 60 anos ou mais de 56,0% em relação a 2010. E um aumento da população de 65 anos ou mais de 57,4% comparado com o ano de 2010. E que o índice de envelhecimento no Brasil subiu de 30,7 em 2010 para 55,2 em 2022. Com isso, o aumento de tal população fez com que as unidades domésticas chefiadas por idosos e as unidades domésticas compostas apenas por um idoso aumentassem. É através do desemprego estrutural, da precariedade do trabalho e do divórcio que os filhos retornam para casa dos pais ou são ajudados financeiramente pelos idosos, visto que

enquanto o Estado é mais e mais omissor quanto ao fomento e à preservação dos direitos sociais, delega atualmente às famílias a responsabilidade principal não apenas pelo bem estar como pela própria sobrevivência dos seus membros, em uma sociedade com escassez crescente de possibilidades de emprego. Nesse quadro, parte significativa dos apoios e recursos de que dispõem as famílias — e não apenas as das classes populares — vem dos seus idosos. (Motta, 2007, p.117)

É por meio de recursos

provenientes principalmente de políticas sociais anteriores e crescentemente questionadas, aposentadorias e pensões, que, se somadas às habilidades das mulheres no trabalho doméstico e à quase costumeira propriedade de uma casa (resquício de uma época em que os financiamentos imobiliários eram condicionados aos níveis salariais e, portanto, possíveis), dão aos idosos essa particular e especial condição de provedores; (Motta, 2007, p.117)

No entanto, Motta (2007) destaca que esse movimento de retornar ou nunca sair da casa dos pais faz com que muitos idosos aposentados retornem ao mercado de trabalho, para garantirem a sua subsistência e a da família, além de obterem uma auto realização com essa ação, visto que muitos idosos ao se aposentarem se sentem marginalizados e excluídos de exercerem as atividades laborais.

Nesse viés, nesse modelo de família, geralmente as mulheres idosas que são as provedoras e chefiam as famílias sozinhas, com filhos ou outros parentes. A partir disso, é possível compreender a

a centralidade das mulheres nas relações de família. Sempre renovadas — recentemente renovadoras —, as mulheres tecem ou intermedeiam as relações domésticas e de família, mantendo tradicionalmente unidas duas ou três gerações. Enquanto nos homens, prescritivamente voltados para o mundo do trabalho, a sociabilidade e as preocupações. (Motta, 2007, p.129)

Tal fato reforça o papel da mulher apenas no trabalho doméstico e no cuidado com os seus membros. Nesse sentido, além de muitas vezes chefiarem as famílias, Peixoto (2009, p.235) apresenta que as avós dividem as responsabilidades, do cuidado com os netos, com mães: “as avós, contudo, parecem se responsabilizar mais do que os próprios pais das crianças pela saúde dos netos”.

Portanto, além dos filhos retornando às casas dos pais, o número de idosos morando sozinhos está aumentando cada vez mais, principalmente as mulheres. Segundo Mota (2007, p.127)

um crescimento do número de idosos que moram sós, principalmente mulheres, como ainda a própria aspiração a morar só, daquelas que ainda não puderam, mas também das que nunca poderão. E aí somente mulheres. Os homens estenderam-se do ‘não acho boa a solidão...’ ao definitivo ‘Nem pensar!’.

É possível compreender que tal desejo das idosas ocorre muitas vezes pois não tiveram a oportunidade de morarem sozinhas, uma vez que podem ter casado muito cedo, ou por não terem sua independência financeira, visto que faziam parte do modelo burguês de família, em que a mulher realizava o trabalho doméstico e cuidava de seus filhos. Com isso, esse desejo é uma oportunidade para tais mulheres ingressarem no mercado de trabalho e alcançarem sua independência.

Por fim, outro modelo de família é o composto por casais homoafetivos. Segundo Belardinelli (2007), alguns relacionamentos homoafetivos não há regras, é considerado um relacionamento não-convencional comparado com o relacionamento hétero, em que muitas vezes, há uma relação hierárquica, na qual o homem é quem “manda” na relação. Segundo o IBGE, por meio do Censo de 2022, a união de pessoas do mesmo sexo cresceu significadamente, pois corresponderam a 0,7% do total das unidades doméstica, cerca de 480.000 em 2022, enquanto em 2010 representavam 0,1% das unidades domésticas, cerca de 58.000. Esse modelo de família ainda não é totalmente aceito devido ao preconceito em que os casais homoafetivos sofrem.

2.3.3 A organização e a transformação da família da classe trabalhadora

Para compreender a família da classe trabalhadora é necessário entender, ainda que minimamente, sobre a pobreza. Para Osterne (2001, p.93), a pobreza é

manifestação direta das relações sociais de uma dada sociedade e, com certeza, não se reduz a privação de materiais. Por não se tratar de uma categoria meramente econômica, mas, acima de tudo, política, o entendimento de pobreza comporta, além da privação de recursos sociais necessários à provisão da subsistência, privações de ordem espiritual, moral e política. Essas dimensões, obviamente presentes na condição de pobreza, emprestam ainda maior complexidade à sua compreensão como fenômeno social.

Nesse sentido, a pobreza é um problema societário, visto que além de gerar privações materiais, é produto das privações sociais, econômicas, políticas e culturais. Na qual os indivíduos que são considerados pobres não possuem acesso à educação, saúde, moradia e lazer de qualidade o que influencia nas relações sociais e na qualidade de vida de tais indivíduos. De acordo com Osterne (2001, p.97), a noção de pobreza

é medida por intermédio de indicadores de renda e emprego e também da oportunidade de acesso a recursos sociais significativos para a qualidade de vida, como saúde, habitação, educação, transporte, segurança e previdência social, dentre outros.

A autora destaca que a noção do que é ser pobre resulta naqueles que são excluídos e não possuem acesso a um mínimo de recursos da riqueza social. Sendo assim, “a pobreza não

pode ser pensada fora dos limites da estrutura de poder e suas conseqüentes desigualdades”. (Osterne, 2001, p.99)

A família da classe trabalhadora urbana é estruturada com algumas características semelhantes com o modelo burguês, valorizando a hierarquia, na qual o homem é superior à mulher e aos filhos. E a organização do trabalho é feita pelo homem provedor e a mulher como dona de casa. No entanto, nas camadas mais pobres o que diferencia essa organização familiar da família tradicional é, de acordo com Sarti (1995), que a mulher também detém autoridade, ela é considerada “chefe de casa” e o homem é considerado “chefe da família”. Assim,

A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. A casa e a família, como a mulher e o homem, constituem um par complementar. A maior autoridade conferida ao “chefe de família”, em relação à “chefe de casa”, está em consonância não só com a precedência do homem sobre a mulher, mas também da família sobre a casa. (Sarti, 1995, p.137)

O homem é responsável pela imagem da família no mundo externo, em que garante o respeito da família, ele media a relação família e sociedade, o que nas relações sociais é o homem é a figura de autoridade. Segundo Sarti (1995), caso a mulher assuma o papel de provedora, a imagem de autoridade se modifica um pouco, visto que a autoridade masculina é abalada, pois perde o “respeito” entre os familiares e a ideia moral de homem provedor é desmoralizada. Acarretando “uma perda para a família como **totalidade**, que tende a buscar uma compensação pela substituição da figura masculina da autoridade em outros homens da rede familiar”. (Sarti, 1995, p.138, grifos do autor) Então, é possível afirmar que mesmo a mulher sendo a autoridade da família, ela não é respeitada nessa “posição”, visto que a figura masculina é substituída por qualquer membro masculino da estrutura familiar.

Bilac (1995) afirma que na família da classe trabalhadora o casamento “dura para sempre”¹ e que as uniões legitimadas pela justiça são preferidas, visto que o homem e a mulher são provedores e, às vezes até mesmo os filhos, para garantir a subsistência daquela unidade doméstica. Dificilmente essa relação matrimonial é rompida.

Em suma, uma família sempre preocupada com o equilíbrio entre provedores e consumidores no núcleo familiar, ameaçada que é, continuamente, pelos salários arrochados e pelo desemprego, e que, por isso mesmo, força e reforça a solidariedade entre seus membros e

¹ O casamento para os indivíduos da classe trabalhadora é importante para a sobrevivência desses sujeitos, visto que muitas vezes todos os membros da família realizam o trabalho doméstico para garantir a subsistência de todos do domicílio.

valoriza ao extremo a casa e a propriedade da casa. (Bilac, 1995, p.47)

Nessa perspectiva, a família nas camadas mais pobres possui uma lógica de solidariedade nas relações familiares, o que, em geral, não ocorre na mesma intensidade e lógica nas famílias das camadas médias da sociedade. Borges (2001) aponta que na família pobre a rede de obrigações e a rede de convivência não se limita ao parentesco e ao núcleo da unidade doméstica. Assim, “a extensão de família corresponde à da rede de obrigações: são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em quem se pode confiar”. (Borges, 2007, p.185)

Portanto, é importante compreender como os modelos de família impactam no papel da mulher com o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado. Principalmente no trabalho do cuidado com a pessoa idosa. Tal tema será aprofundado no tópico a seguir.

2.4 O papel da mulher no cuidado à pessoa idosa

2.4.1 Trabalho remunerado e trabalho doméstico

A partir do que foi apresentado no primeiro tópico deste capítulo, a reestruturação produtiva tem inserido um padrão de flexibilidade no trabalho, tendo como recurso principal o trabalho feminino. E com o avanço da globalização e o desenvolvimento do capitalismo, por meio da expansão global da produção, há um aumento na participação das mulheres no trabalho em empresas multinacionais, visto que tais instituições precisam aumentar sua produção para se encaixar nessa expansão global e, com isso, gerar lucro. De acordo com Gama (2014, p.52) as empresas optam pelo trabalho das mulheres

por seu baixo custo e porque acreditam que resistem mais a condições adversas. As trabalhadoras dessas empresas consideram esses empregos uma opção melhor que outras disponíveis. Entretanto, as condições de trabalho são opressivas, caracterizadas por longas horas e ritmos acelerados de trabalho, poucas pausas, abusos de toda ordem, locais de trabalho inseguros e insalubres e nenhuma oportunidade de progressão no emprego.

É possível compreender, então, que o forte crescimento das mulheres no mercado de trabalho, com empregos remunerados, ocorre de maneira precarizada, em trabalhos temporários e informais, com baixos salários. Porém, principalmente nas famílias da classe

trabalhadora, as mulheres se inserem ao mercado de trabalho para contribuírem com a subsistência e a sobrevivência da família, fazendo com que aceitem tais trabalhos precarizados e recebam salários menores que os homens.

As mulheres de famílias monoparentais, principalmente as pertencentes à classe trabalhadora, são as mais prejudicadas com esse trabalho precarizado, visto que recebem uma remuneração bem abaixo comparado aos homens e, porque todo o seu ganho é destinado ao domicílio e a criação dos filhos. Nesse sentido, tais mulheres enfrentam uma dupla jornada de trabalho: o trabalho remunerado e o trabalho doméstico. Já as mulheres nas camadas médias, a partir de sua inserção no mercado de trabalho, conseguem “externalizar” o que seria seu trabalho doméstico e, por isso, recorrem “à enorme reserva de mulheres em situação precária, migrantes, negras, pauperizadas”. (Gama, 2014, p.54)

Desse modo, o trabalho doméstico, como foi apresentado no primeiro tópico deste capítulo, são as atividades relacionadas ao cuidado das pessoas da família ou domicílio, sendo realizadas pelas mulheres e na maioria das vezes de forma gratuita. De acordo com Gama (2014), esse trabalho não foi mercantilizado inicialmente e, por isso, não se encontra na lógica de produção estrita de valor. Porém, ele faz parte da dinâmica do capital, visto que participa da produção de valor no seu papel de reprodução da força de trabalho e também no seu papel socializador na sociabilidade capitalista.

Nesse cenário, Gama (2014, p.43) destaca que “o processo de trabalho doméstico não remunerado produz valor de uso que será posteriormente consumido como tendo valor de troca a força de trabalho.” A autora destaca que esse trabalho requer habilidades, conhecimentos e material para sua realização e, por isso, produz valor no interior da lógica de produção. Sendo assim, o trabalho doméstico possui relação com a família e outras instituições ligadas à reprodução e por essa razão

[...] esse trabalho produz valores que contribuem para a riqueza da sociedade, ou, dito de outra forma, a família como produtora de serviços — o conjunto dessas atividades pode ser substituído por terceiros (Melo, Considera, Sabbato, 2005). Em segundo lugar, as alterações na organização do trabalho com as formas flexíveis de produção tornaram o espaço doméstico mais um espaço de produção de bens e serviços, tornando fluidas as conexões entre as atividades dentro e fora do mercado de trabalho. As esferas da família e do trabalho voltam a se misturar, contemporaneamente, com o trabalho terceirizado, o trabalho parcial e o trabalho em domicílio. Em terceiro lugar, tanto em países ricos como em países pobres, os desempregados e aqueles excluídos da vida econômica têm que adotar estratégias de sobrevivência que incluem a expansão do trabalho sem remuneração. Em quarto, as transformações por que passam as famílias fazem surgir novas equações para o entendimento do conflito trabalho

produtivo/reprodutivo. E, por último, a redefinição da relação de subordinação da reprodução à produção na sociedade capitalista passa necessariamente pelo exame crítico da variabilidade dessas duas dimensões do trabalho e pela influência mútua dessas esferas.(Melo, Considera, Sabbato, 2005, apud, Gama, 2014, p.44)

Logo, o trabalho doméstico e a família não podem ser desvinculados dos instrumentos da reprodução social e também não podem ser analisados separadamente da divisão sexual do trabalho.

Vale destacar que com a crescente mercantilização na sociedade, uma parte do trabalho doméstico se converte em trabalho remunerado, em que alguns serviços se deslocam da esfera doméstica para o mercado, como é, por exemplo, o caso de serviços de lavanderia e restaurantes. Nessa perspectiva, o trabalho doméstico

pode ser complementado – e, em alguns casos substituído – com a compra de bens e serviços no mercado, o que inclui a contratação de trabalhadores domésticos, ou com a prestação de serviços públicos, isso significa dizer que a sua magnitude e qualidade afetam, diretamente, os custos e a qualidade da reprodução da força de trabalho numa dada economia. (Borges, 2007, p.194)

Mesmo com essa pequena conversão para o trabalho remunerado, o trabalho doméstico continua sendo desvalorizado e precarizado, visto que são as mulheres que realizam as atividades e por não ser considerado socialmente um trabalho assalariado. Como aponta Biroli (2018, p.66, grifos do autor) “o trabalho *remunerado* no espaço doméstico é mal valorizado e, em muitos casos, insuficientemente regulamentado por ser percebido como extensão do papel "natural" das mulheres na família.”

Portanto, é possível compreender que existe uma relação do trabalho remunerado e do trabalho doméstico realizado pelas mulheres. A realização de ambas atividades gera uma sobrecarga de trabalho nas mulheres, visto que realizam o trabalho assalariado e ao chegar em sua residência continuam trabalhando, realizando atividades domésticas sem receber remuneração. Segundo Borges (2007), tal sobrecarga ocorre independentemente da posição das mulheres na família, sejam chefes, cônjuges, filhas e etc e não dependem também da posição do homem na família. Ou seja, se o homem estiver desempregado e a mulher trabalhando, é ela quem irá realizar os afazeres domésticos, confirmando a reprodução dos valores patriarcais da sociedade. O pouco trabalho doméstico realizado pelos homens é seletivo

concentrando-se em tarefas que acabam reproduzindo a divisão sexual do trabalho tradicional, como consertos e reformas da habitação, e atividades envolvendo a relação com o espaço público, como compras, encaminhamentos burocráticos e resolução de problemas fora de casa. (Borges, 2007, p.198)

A sobrecarga de trabalho das mulheres afeta diretamente suas vidas, uma vez que ao trabalharem fora de casa e em casa, o lazer e seu tempo livre são comprometidos, o que afeta a qualidade de vida e acentua a desigualdade de gênero. Porque essa área da vida dos homens não é modificada, visto que não exercem uma dupla jornada de trabalho. Além disso, há

o comprometimento da saúde física e mental e de limitações ao exercício da cidadania das mulheres expostas a essa sobrecarga de trabalho. Dentre elas, destacam-se aquelas mais pobres, sem recursos para contratar serviços de trabalhadores domésticos, e que arcam sozinhas com as responsabilidades de criação dos filhos. (Borges, 2007, p.199)

Tais situações afetam diretamente o convívio da mulher com a sua família, na sua relação de trabalho e nas suas amizades. O que pode comprometer uma ascensão profissional e, por sua vez, social, além de não alcançar uma melhoria em sua qualidade de vida.

2.4.2 O trabalho do cuidado

O cuidado pode ser entendido como

uma atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento nem valoração social. Compreende tanto o cuidado material como o imaterial que implica um vínculo afetivo e emocional. Supõe um vínculo entre quem presta e quem recebe o cuidado. Baseia-se no relacional e não somente em uma obrigação jurídica estabelecida por lei, mas também emoções que se expressam nas relações familiares, ao mesmo tempo em que contribuem para construí-las e mantê-las. (Gama, 2014, p.47)

O cuidado pode ser entendido como trabalho, pois apresenta características que se enquadram no exercício dessa atividade, como

- 1) cuidar exige tempo e energia, retirados do exercício de outros tipos de trabalho, assim como do descanso e do lazer;
- 2) a grade de valorização (simbólica e material) das ocupações é determinante na precarização do trabalho de quem cuida e na vulnerabilidade de quem precisa de cuidado;
- e 3) os padrões de organização e (des) regulação das relações de trabalho

incidem diretamente sobre as relações de cuidado, podendo favorecer ou dificultar a tarefa de cuidarmos uns/umas dos/as outros/as. (Biroli, 2018, p. 57)

O cuidado como trabalho remunerado não é valorizado na sociedade, visto que é uma atividade realizada pelas mulheres e, geralmente, os dependentes dos cuidados são membros da própria família, fazendo com que o vínculo e o parentesco contribuam para essa desvalorização.

De acordo com Biroli (2018), no pensamento ultraneoliberal é defendido o mérito individual, o que justifica as desigualdades e limita as abordagens sociais. Esse mérito faz com que o Estado se desresponsabilize cada vez mais da elaboração e melhoria das políticas públicas de toda população. Então, os pressupostos desse mérito individual do ultraliberalismo

Atuam para restringir a dimensão coletiva da política e, constituindo as subjetividades de acordo com uma exacerbação da lógica concorrencial individualista, limitam as alternativas ao "alto investimento" individual e aos núcleos familiares "funcionais". (Biroli, 2018, p.61)

Nesse sentido, os indivíduos são tomados como capazes de dar conta de tudo, sem contribuição pública do Estado, sendo responsabilizados por suas escolhas diante da reprodução social e do modo de vida com a família. São culpabilizados pelas suas condições econômicas, sociais e culturais. Perspectiva correlacionada à de

[...] que o Estado é neutro em relação a indivíduos e grupos que concorrem entre si e, para tanto, lançam mão de suas melhores capacidades, constitui-se um ambiente institucional que aloca recursos - direta e indiretamente, isto é, por meio de subsídios e de políticas fiscais que garantem os "investimentos" — de um modo que amplia privilégios. (Biroli, 2018, p.61, grifos do autor)

Nessa perspectiva, o mundo privado não pode se dissociar do mundo público, visto que “o funcionamento do mercado não é neutro, premia quem já tem recursos para exercer influência sobre sua regulação e sobre os termos em que se organiza” (Biroli, 2018, p.62). O que justifica a reprodução das desigualdades de recursos, de poder e, consequentemente, a classe social a que cada indivíduo pertence.

Desse modo, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres muitas vezes não é uma escolha e sim uma consequência de aspectos estruturais da vida social, como

A recusa de um emprego, por parte de uma mulher, por não haver creche para deixar os filhos, ou as faltas seguidas ao trabalho quando os filhos pequenos adoecem - o que pode acarretar a perda do emprego ou limitar a ascensão profissional - só poderão ser tratadas como "escolhas" se for desconsiderado o contexto em que estas se realizam ou se fizer de conta que não existem crianças pequenas que precisam de cuidado. (Biroli, 2018, p.64)

Tais mulheres estão em condições desiguais no âmbito público e privado, uma vez que precisam assumir determinadas responsabilidades e realizar atividades do cotidiano. A restrição de escolhas ocorre devido à divisão sexual do trabalho no capitalismo, visto que as responsabilidades atribuídas às mulheres são as do campo doméstico. E é nesta perspectiva que se estrutura o conceito “familismo”, em que os membros da família são os responsáveis pelo bem-estar da rede familiar. Esse papel é realizado principalmente pelas mulheres, em atividades de cuidado.

A alocação das tarefas tem o gênero como um eixo. Ancora-se na naturalização de habilidades e pertencimentos, definidos de acordo com uma visão binária, não apenas simplificada, mas também ilusória, da conexão entre sexo biológico e comportamentos. A associação entre mulher e domesticidade constrói-se nessa chave. (Biroli, 2018, p.67)

No entanto, tais atividades não ocorrem de maneira igualitária entre as mulheres, uma vez que as que possuem mais recursos garantem o cuidado para seus filhos e para o domicílio, terceirizando-os. Já as mulheres nas camadas mais pobres são as que realizam o trabalho doméstico e, por isso, não possuem tempo e nem recurso financeiro para se dedicar ao cuidado com os filhos e a residência. O que pode ser destacado pela ausência do Estado na promoção de políticas públicas, em maior investimentos em creches públicas para que as mulheres mais pobres consigam ter uma melhor qualidade de vida, porém ocorre o contrário: “estabelece-se um circuito de precarização e empobrecimento quando faltam equipamentos públicos de cuidado”. (Biroli, 2018, p.68)

Nesse viés, as mulheres que realizam as atividades do cuidado e trabalho doméstico são atravessadas por padrões condicionados pelas hierarquias de classe e raça. Sendo as mulheres negras² as mais desvalorizadas, precarizadas e menos formalizadas, visto que algumas desempenham o trabalho doméstico sem remuneração. E, por isso, são as que têm menos chances de contratarem serviços privados para as demandas domésticas e as demandas de cuidado, aumentando sua jornada de trabalho.

² Para maior aprofundamento sobre a relação entre gênero, raça e classe, sugere-se a leitura dos seguintes autores: Angela Davis, Lélia Gonzalez e Clóvis Moura.

A centralidade do trabalho doméstico remunerado e do cuidado profissional está, ao menos parcialmente, relacionada ao fato de que a oferta de serviços públicos é insuficiente (creches e escolas em período integral, por exemplo) e ao fato de que as alternativas coletivas à mercantilização dessas atividades são praticamente inexistentes (cozinhas coletivas e rodízio no cuidado com as crianças e outros indivíduos que necessitem de atendimento cotidiano, por exemplo). (Biroli, 2018, p. 71)

Tal fato faz com que as mulheres que possuem melhores condições de renda contratem as mulheres das camadas mais pobres para realizarem o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado, permanecendo em sua alta posição social, com seus empregos que garantem uma remuneração alta e mantendo seu prestígio social.

Os resultados da privatização do cuidado ultrapassam a vida individual dos dependentes e dos que assumiram a responsabilidade de cuidar deles, sendo parte importante dos mecanismos de reprodução da pobreza e das desigualdades nas sociedades contemporâneas. (Biroli, 2018, p.78)

Por fim, é importante compreender que o cuidado não pode ser realizado apenas no âmbito privado da vida, mas sim numa relação entre o público e o privado. O que não acontece, visto que o Estado está cada vez mais transferindo suas responsabilidades e obrigações sociais para as famílias, ainda que não desconsidere a Lei 15069, de 23 de dezembro de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados, “[...] destinada a garantir o direito ao cuidado, por meio da promoção da corresponsabilização social entre homens e mulheres pela provisão de cuidados, considerando as múltiplas desigualdades.” (Brasil, 2024). Essas discussões sobre a privatização do cuidado e (des) responsabilização pública serão aprofundadas no próximo capítulo deste trabalho.

3 DESPROTEÇÃO SOCIAL E O CUIDADO COM À PESSOA IDOSA

Neste capítulo será analisado como ocorreu o desmonte das Políticas de Seguridade Social e da proteção social no Brasil. Por fim, será estudado a rede de proteção social à pessoa idosa, visto que com o aumento do envelhecimento populacional, os idosos são diretamente afetados pelos cortes das políticas sociais.

3.1 O desmonte das Políticas de Seguridade Social e da proteção social no Brasil

3.1.1 O desmonte das Políticas de Seguridade Social

A Seguridade Social se constitui por meio da organização social do trabalho, fazendo com que os sujeitos que possuem vínculo de trabalho formal possuam o direito ao acesso às Políticas de Seguridade. Nesse sentido, a seguridade social vincula as políticas de saúde, previdência e assistência social.

Segundo Boschetti (2009), uma das bases para a estruturação da seguridade social é sua organização a partir da lógica do seguro social, pois é o que sustenta os direitos da previdência social nos países capitalistas. O seguro social tem o objetivo de garantir proteção de forma exclusiva ou prioritária para os trabalhadores e suas famílias. Nesse contexto,

É um tipo de proteção limitada, que garante direitos apenas aquele trabalhador que está inserido no mercado de trabalho ou aquele trabalhador que contribui mensalmente para a seguridade social. Nesta lógica, só tem acesso aos direitos da seguridade social os chamados "segurados" e seus dependentes, pois estes direitos (aposentadorias, pensões, auxílio-doença, salário-maternidade, assistência médica), são entendidos como direitos decorrentes do direito do trabalho, destinando-se apenas aqueles inseridos em relações formais e estáveis de trabalho ou que contribuam como segurados especiais. (Boschetti, 2009, p.176)

Desse modo, o acesso à lógica do seguro social se aplica para os indivíduos que contribuem mensalmente e para aqueles que possuem vínculo de trabalho formal. É possível compreender que o acesso à seguridade é restrito para aqueles que se inserem no mercado formal de trabalho, fazendo com que o sujeito que não possui tal vínculo não consiga acessar tais direitos. Então, “este modelo só universaliza direitos sociais se universalizar, igualmente, o direito ao trabalho, já que ela é condicionada ao acesso a um trabalho estável e que permita

a contribuição à seguridade social.” (Boschetti, 2009, p.177). A autora destaca que, no Brasil, tal lógica fundamentou e estabeleceu os critérios para o acesso à previdência social e à saúde, a partir da década de 1920 até a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando a Assistência Social é constituída enquanto direito. Boschetti (2009) também destaca que os modelos de seguro predominam na previdência social e o modelo assistencial não-contributivo orienta o sistema público de saúde e a política de assistência social.

A partir da industrialização, há uma divisão intensa de tarefas, uma precarização do trabalho e uma diminuição dos salários, fazendo com que não haja uma grande inserção dos sujeitos no mercado de trabalho. Tal fato coloca em risco a produção e reprodução do capital e, por isso, as indústrias cobram o Estado de garantir a cobertura dos custos da ausência dos trabalhadores na produção, pois necessitam que os trabalhadores retornem o mais rápido possível para a exploração do trabalho, fazendo com que não haja consequências negativas para a produtividade. Além da cobrança das indústrias, os trabalhadores também reivindicaram por melhores condições de trabalho. Assim,

[...] como direito condicionado ao e pelo trabalho, a previdência derivou do processo de industrialização e do assalariamento. Ligada diretamente ao trabalho, ela estabelece, paradoxalmente, as condições necessárias para o homem se liberar da hegemonia do trabalho assalariado (Boschetti, 2006). A previdência social permite que os trabalhadores possam estar fora de uma relação de trabalho (temporária ou permanente) sem estar, necessariamente, em situação de ausência de proteção social. (Boschetti 2006, apud, Boschetti, 2009, p.179)

Nesse sentido, a lógica do seguro social, por meio da previdência, garantiu um pouco de segurança social para os trabalhadores que possuem vínculos estáveis de trabalho. No entanto, gerou uma exclusão dos sujeitos que não possuem vínculos empregatícios e não contribuem com a previdência social. De acordo com Boschetti (2009), tais indivíduos não possuem proteção previdenciária pela ausência de contribuição e não possuem, na maioria das vezes, acesso à assistência social, visto que é reservada para algumas situações específicas ou aos mais pobres que não conseguem realizar uma atividade laborativa, como as crianças, idosos e pessoas com deficiência.

A partir dessas considerações, é possível analisar como as contrarreformas impactaram a seguridade social no Brasil. Início não por acaso, no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995 a 2002, pautado pela primeira fase do neoliberalismo, no país, impôs uma dura regressão ao Sistema Único de Saúde (SUS), em que priorizou o investimento para o setor privado da saúde. Segundo Neves (2022, p.36), tal fato ocorreu

para fazer jus aos procedimentos hospitalares de média e alta complexidades, desvelando a priorização restrita à atenção básica focalizada e emergencial, como o Programa Saúde da Família (PSF), ofertado de forma precarizada. Soma-se a esse fracionamento a gestão privada, operada através das Organizações Sociais, descaracterizando a prestação público-estatal.

Na assistência social, foi elaborado um programa denominado “Comunidade Solidária” que havia parceria entre o Estado e sociedade civil. De acordo com Neves (2022), esse programa foi desenvolvido para conter as pressões realizadas pelos movimentos sociais e associações profissionais para que a assistência social fosse definida como política do Estado. Além disso, foi no governo do Fernando Henrique Cardoso que a previdência social sofreu a primeira contrarreforma.

A contrarreforma que o governo empreendeu no Regime Geral da Previdência Social (RGPS) conformou a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que alterou profundamente a lógica da concessão de aposentadorias. Estas eram até então concedidas observando-se o tempo de serviço, mediante a modalidade por tempo de contribuição, num formato do caminho fiscal e privatista para a previdência. (Neves, 2022, p.41)

Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) continuaram com as ações focalizantes e privatistas. Na saúde, para atender aos interesses do capital financeiro, houve a criação da Fundação Estatal de Direito Privado, com o intuito de contornar as leis do serviço público. Embora possa ser registrado alguns marcos garantidores importantes, tais como, na assistência social, a Política de Assistência Social (PNAS) foi aprovada em 2004 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi aprovado em 2005. Já no âmbito da previdência social, aprovou duas ações constitucionais, a primeira sendo a Emenda Constitucional (EC nº 41, de 2003) em que pôs fim à aposentadoria integral dos servidores público da União e introduziu idades mínimas para seu acesso, em que a idade para mulheres era 55 anos e 60 anos para os homens. A segunda foi a EC nº 42 que estipulou aplicação de regras de integralidade e paridade aos servidores que ingressarem ao serviço público. (Neves, 2022)

Os governos de Dilma Rousseff (2011-2016), na saúde avançaram com a gestão privatizante, na qual instituiu a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), com o objetivo de gerenciar Hospitais Universitários, por meio da relação do âmbito privado com o âmbito público estatal. Já na previdência social

O governo Dilma Rousseff enfrentou um quadro conjuntural bem mais complexo, com severa retração econômica. Em resposta às pressões do mercado, o governo recorreu crescentemente ao expediente das renúncias fiscais e ao contingenciamento de recursos públicos para manter o superávit primário. (Neves, 2022, p.43)

Em 2016, por meio do Golpe Parlamentar, Michel Temer assumiu a presidência, em um momento de ascensão de uma ofensiva ultraliberal. Seu governo (2016-2019), na saúde, foi marcado pela aceleração do desmonte do SUS, com o argumento de conter gastos e não utilizar o orçamento destinado à prestação de serviços na saúde. O que promoveu

internações em hospitais psiquiátricos, além de estabelecer forte coalizão entre os representantes políticos do Estado e o empresariado do setor privado, em prol da reformulação total do SUS e das normas que regem os planos de saúde. (Neves, 2022, p.37)

O governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), na saúde, a partir de 2019 com a chegada de uma crise sanitária pela pandemia da Covid-19, foi marcado por uma atuação negacionista. Na qual, o presidente realizou discursos de descrédibilização dos cuidados com a doença, demorou a investir na compra das vacinas, “ficou à mercê das iniciativas e protagonismos do Congresso Nacional, de outros entes federados e do Judiciário, mantendo permanente embate com a comunidade científica e as organizações de saúde, internacional e nacional” (Neves, 2022, p.38). Essa postura negacionista resultou na morte de milhares³ de pessoas, sendo que algumas poderiam ter sido evitadas se o governo tivesse lidado com a crise sanitária de maneira séria e respeitosa com toda a população brasileira.

No âmbito da previdência social, o governo de Bolsonaro realizou mais uma contrarreforma em tal esfera, a PEC 06/19, na qual agravou os critérios da aposentadoria, como a elevação da idade mínima e o tempo de contribuição para 40 anos. O que afeta diretamente as mulheres, devido à dupla jornada de trabalho que enfrentam devido ao trabalho remunerado e o trabalho doméstico, fazendo com que o aumento da idade mínima contribua para um adoecimento, visto que a dupla jornada de trabalho também se estenderia, acarretando em uma maior possibilidade de adoecimento.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que iniciou no ano de 2023 e ainda está em vigor, apresenta uma pequena melhoria no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Foi

³ De acordo com o jornal digital Poder360 (2021), no governo de Jair Messias Bolsonaro, o percentual de mortos por Covid-19 entre as pessoas com 60 anos ou mais representam 67,9%, foram 394.860 mortes nessa faixa etária. As pessoas com menos de 60 anos representam o percentual de 32,1% das vítimas, aproximadamente $\frac{1}{3}$ das mortes. E os mortos com menos de 30 anos representam 1,7% do total.

aprovado o Projeto de Lei 1624/22 que garante que duas pessoas com deficiência ou dois idosos na mesmo domicílio podem receber o benefício simultaneamente, o que anteriormente não podia, visto que o critério de acesso era de um quarto do salário mínimo da renda familiar e agora passou a ser meio salário mínimo da renda familiar. No entanto, esse benefício ainda não consegue melhorar a qualidade de vida dos idosos, visto que o sucateamento das políticas sociais, a exploração e a precarização do trabalho fazem com que esses indivíduos não tenham acesso à saúde, educação, cultura, salários fixos, trabalhos formais, dentre outros. Porém, não se pode negar que o acesso às políticas de distribuição de renda, no país, fazem com que muitos idosos se retirem das condições de miserabilidade, pois com a ausência de tais políticas eles ainda estariam nessas condições. Além disso, no governo Lula, foi aprovada, no dia 23 de dezembro de 2024, a Política Nacional de Cuidados (Lei 15069). Com o objetivo de garantir o direito ao cuidado, “por meio da promoção da corresponsabilização social e entre homens e mulheres pela provisão de cuidados, consideradas as múltiplas desigualdades.” (Brasil, 2024)

Portanto, as contrarreformas na seguridade social impactam diretamente à população, visto que com a desresponsabilização do Estado, há uma falta de investimento nas políticas sociais e uma precarização na oferta de serviços essenciais. Gerando um agravamento na pobreza e na miséria e o aumento das desigualdades sociais, acarretando na responsabilização de outras instituições para fornecer os direitos sociais, como a Igreja, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e, principalmente a família, no caso principalmente as mulheres. Por fim, o Estado transfere essa responsabilidade, também, por meio de leis sociais que apontam a família e as mulheres como referências centrais e responsáveis pela garantia de direitos sociais de seus membros, principalmente as crianças, os idosos e as pessoas com deficiência.

3.1.2 (Des) Proteção social

A sociedade capitalista é marcada pela desigualdade social, pela miséria, pela dominação de classes e pela precarização do trabalho. Nesse viés, as políticas sociais são meios de enfrentar um pouco as fragilidades da vida social e garantir o bem-estar e o acesso aos serviços sociais que muitos indivíduos não conseguem devido sua posição social. Por isso, é fundamental a garantia de políticas sociais por parte do Estado, como aponta Miotto, (2009 , p.137)

Por isso, são consideradas como um "dever do Estado" porque somente a este é conferido o poder de interferir nas relações econômico-sociais das sociedades. Interferência que deve ser gestada em prol da equidade e da justiça social porque é somente através do Estado e de suas políticas socioeconômicas que a cidadania pode ser ampliada, consolidada, garantida e efetivada de uma forma desmercadorizada.

A partir do avanço do neoliberalismo no Brasil, o Estado realiza ajustes fiscais que priorizam investimentos do fundo público para a reprodução e valorização do capital. O que gera negligenciamento das expressões da questão social e o descompromisso com a criação e o desenvolvimento de políticas públicas. Sendo assim, há um aumento da desigualdade social, da pobreza, da precarização do trabalho e das altas taxas de desemprego.

Nessa perspectiva, a divisão sexual do trabalho – na qual o homem é o provedor e a mulher é responsável pelo trabalho doméstico e pelos filhos – faz com que a família assuma um papel de forma natural de proteção entre seus membros. Com isso, a rede familiar torna-se central na garantia de proteção social, como aponta Miotto (2009, p.132): “ou seja, a família passa a ser o canal natural de proteção social vinculado obviamente às suas possibilidades de participação no mercado para compra de bens e serviços necessários à provisão de suas necessidades”.

Segundo Miotto (2009), a família, então, é considerada instância primordial da sociedade. Logo, no capitalismo, a rede familiar é considerada um espaço privado e, por isso, “deve responder pela proteção social de seus membros” (2009, p.133). Nesse viés, mesmo o Estado sendo responsável pela garantia de proteção social e bem-estar, a família nunca deixou de cumprir esse papel também.

Miotto (2009) apresenta que a proteção social, historicamente, ocorre por três modalidades não excludentes entre si. A primeira é considerada tradicional, constituída pelos valores de solidariedade, fraternidade e caridade, desenvolvida pela família, vizinhos e pelas práticas religiosas. A segunda é desempenhada pela troca e ocorre pelo conjunto de práticas econômicas realizadas face a face e através da impessoalidade do mercado. A terceira, conhecida como modalidade de autoridade, refere-se ao papel do Estado como responsável na gestão e produção da proteção social.

Além disso, destaca duas modalidades da proteção social em duas esferas: a de âmbito privado e a de âmbito público. A de âmbito privado refere-se à proteção social exercida pelo mercado, por meio da compra de serviços e, o privado não-mercantil, no qual a proteção social ocorre por meio de instituições tradicionais, como a família, a Igreja e as organizações filantrópicas. Já a de âmbito público, a proteção social é garantida pelo Estado, “que tem a

função legal de garantir o bem-estar coletivo através da concretização de políticas sociais, que implicam a articulação de uma complexa rede de recursos institucionais, políticos e econômicos.” (Mioto, 2009, p. 135)

Desse modo, ao analisar a proteção social, é importante destacar que com a “desproteção social” por parte do Estado, é a família que se faz presente na garantia de bem-estar e dos serviços essenciais para os seus membros. Assim, é fundamental retomar ao conceito do familismo, o qual apresenta a centralidade da família na provisão de bem-estar para seus membros, principalmente nas atividades de cuidado. Com isso, para atender as necessidades das famílias, os membros passam cada vez mais a depender da esfera mercantil para obter acesso aos serviços. É através da renda que a qualidade de vida de todos da rede familiar será definida. Então, os níveis de acesso à provisão de bem estar e a serviços essenciais não serão os mesmos, visto que a sociedade é marcada por uma aguda desigualdade entre as classes sociais.

O Programa de Transferência de Renda, de acordo com Boschetti (2009) é categorizado nas mulheres, nos idosos, nas crianças, nas pessoas com deficiência, nos jovens e em situações extremamente específicas ligadas à miséria. Com isso, tais benefícios garantidos pelo programa

ex post e não *ex antes*, ou seja, possuem um caráter de minimização da situação já instalada e não de prevenção. São concedidos mediante diversas condicionalidades, além da comprovação da situação de miséria/pobreza: idade, deficiência, moradia, participação em atividades sociais ou comunitárias, disposição do beneficiário ou de sua família para trabalhar ou realizar atividades de inserção social. (Boschetti, 2009, p. 192, grifos do autor)

Os benefícios possuem valores bem abaixo do salário mínimo, ou seja, não são capazes de suprir as necessidades básicas, fazendo com que os indivíduos busquem outras formas para complementar a renda, como o trabalho informal. Alguns benefícios são incorporados à renda, de modo que se a soma do benefício com outras rendas ultrapassar a renda mínima exigida, o beneficiário é excluído do programa. Assim, esses casos são

uma armadilha de pobreza, pois impedem o beneficiário de melhorar sua renda e condição de vida. Todos independem de prévia contribuição direta à seguridade social, o que o diferenciam dos seguros sociais e os caracterizam como benefícios assistenciais. (Boschetti, 2009, p.192)

É importante retomar o tema do cuidado abordado no primeiro capítulo deste trabalho, visto que a família é a instituição central para provisão de bem-estar. Por isso, as atividades de cuidado, incluídas em tal provisão, são determinadas socialmente e estruturalmente para as mulheres.

Historicamente, é sobre a mulher que recaem as responsabilidades éticas e morais pelo cuidado, em função, sobretudo, do estabelecimento de normas sociais e culturais que sustentam a ideia de que as mulheres são destinadas naturalmente a cuidarem de seus filhos, maridos, pais e sogros fragilizados. (Teixeira, 2019, p.264)

Para Tronto (1997, apud, Teixeira, 2019), o cuidado é definido, pela sociedade, de acordo com o gênero. A autora apresenta que existem duas formas de cuidado no meio social. A primeira é definida pela expressão “cuidado com” que caracteriza-se de maneira mais generalizada o compromisso, ou seja, não é algo fundamental. E a expressão “cuidar de” refere-se a algo particular, mais concreto, é o centro dos cuidados.

Cuidar é uma atividade regida pelo gênero tanto no âmbito do mercado como na vida privada. As ocupações das mulheres são geralmente aquelas que envolvem cuidados e elas realizam um montante desproporcional de atividades de cuidado no ambiente doméstico privado. Para colocar a questão claramente, os papéis tradicionais de gênero em nossa sociedade implicam que os homens tenham "cuidado com" e as mulheres "cuidem de" (Tronto, 1997, apud, Teixeira, p. 189).

Portanto, as atividades de cuidado realizadas pelas mulheres impactam diretamente em suas vidas, visto que muitas estão inseridas no mercado de trabalho e realizam uma dupla jornada de trabalho com os cuidados com os membros da família e o trabalho doméstico não remunerado. Outras mulheres abdicam de suas carreiras para realizar o trabalho do cuidado de forma não remunerada, o que impacta na renda dessas mulheres e, consequentemente, impacta na qualidade de vida delas e de sua família. Fazendo com que não tenham acesso aos serviços essenciais, pois foram mercantilizados devido à desresponsabilização do Estado na garantia de tais direitos. E, por último, a maioria das mulheres pertencentes à classe trabalhadora, principalmente as negras, são afetadas pela dupla jornada de trabalho, na qual na maioria das vezes elas desempenham o trabalho doméstico remunerado, porém com baixa remuneração e sofrem uma alta precarização de tal exercício. Para além da realização de tal trabalho, ao chegarem em seus domicílios essas mulheres realizam o trabalho doméstico e o cuidado. Desse modo, as mulheres da classe trabalhadora ocupam praticamente todo o seu

tempo realizando algum tipo de trabalho, não tendo tempo para lazer e para os cuidados com a saúde ou realizando essas atividades através de outras formas, enquanto estratégias de “manutenção da vida”, como por exemplo, o almoço de domingo ou as várias formas ancestrais de cuidado com a saúde.

3.2 A rede de proteção social à pessoa idosa

O envelhecimento, ou melhor, a forma como envelhecemos, é um processo que está vinculado aos processos de produção e reprodução social. Dessa maneira, ele ocorre de formas bastante diferenciadas e marcado pelas inúmeras desigualdades, visto que os indivíduos não pertencem à mesma classe social, fazendo com que fatores econômicos, sociais, culturais e políticos impactem diretamente nesse processo.

Nesse contexto, é necessário analisar os impactos do envelhecimento na classe trabalhadora. Teixeira (2019) aponta, apoiada nas análises marxianas, que

[...] os trabalhadores estabelecem relação de dependência e submissão com os capitalistas, pois necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Por serem expropriados dos meios de produção, precisam se inserir nas relações de exploração sob o domínio do mercado para atender suas necessidades e, por esse motivo, favorecem a valorização do capital. "Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo" (Teixeira, 2019, p.256)

Desse modo, o trabalhador, enquanto ele próprio uma mercadoria, só existe para aumentar a produção e, conseqüentemente, gerar lucros a fim de garantir a expansão do capital, ao vender sua força de trabalho. Nesse viés, o indivíduo que está envelhecendo é descartado do processo produtivo e é substituído por um indivíduo jovem, pois o capital necessita agilizar e aumentar sua produção, – “o tempo é dinheiro” – o que gera a substituição dos sujeitos de acordo com a sua capacidade produtiva. A partir disso, os idosos da classe trabalhadora ao serem descartados de seus trabalhos sentem-se excluídos e marginalizados, visto que sempre trabalharam ao longo da vida. Com isso, o descarte dos mais velhos da produção gera uma perspectiva social de que ao se tornar idoso não há mais a possibilidade de realizarem o exercício do trabalho, reduzindo sua participação nas relações sociais.

Na velhice os trabalhadores perdem o seu valor de uso para o capital e são desprovidos dos meios de produção, de renda, de propriedade e de acesso à riqueza socialmente produzida. Assegura também que a incidência maior de algumas doenças nessa fase da vida deve-se às péssimas condições de vida e de trabalho que tiveram no decorrer de sua existência, como expressão do desgaste sofrido pela superexploração por parte do capital. (Teixeira, 2019, p.260)

A classe trabalhadora, a partir do envelhecimento, vivencia o agravamento das múltiplas expressões da questão social que os assola durante suas trajetórias devido ao processo de exploração de venda da sua força de trabalho. Esses sujeitos velhos enfrentam diversas transformações e desafios, em busca de sobrevivência, além de vivenciar as transformações societárias impostas pelo capital. Como destaca Teixeira (2019, p.260)

O trabalho no capitalismo não emancipa o homem, e sim causa a sua subjugação. Ao ser explorado pelo capital ao longo da vida, o trabalhador sofre o desgaste físico e mental de um trabalho massacrante e de péssima remuneração que impossibilita, muitas vezes, o atendimento de suas necessidades básicas e de sua família. Na velhice da classe trabalhadora, esse processo, digamos, é intensificado, dada as demais condições e particularidades que marcam a velhice no Brasil.

Teixeira (2019), com base no pensamento de Marx sobre o processo de acumulação capitalista, destaca que a dinâmica da alienação do trabalho faz com que o trabalhador não tenha controle do seu tempo, uma vez que é mercantilizado, então responde às demandas do capital. A partir disso, é possível compreender que o trabalhador vive para trabalhar e que o capital suga seu tempo que poderia ser destinado para outras áreas da vida, além do trabalho.

Através do aprofundamento das desigualdades sociais, do enfrentamento às expressões da questão social e do aumento do envelhecimento populacional, é possível analisar que a pessoa idosa pertencente à classe trabalhadora é impactada diretamente pela desresponsabilização do Estado na garantia da proteção social. No momento de vida do idoso em que há um aprofundamento da pobreza, e, com isso, uma maior dependência dos serviços públicos e privados e a perspectiva social de exclusão das relações sociais impostas pelo modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva, o neoliberalismo no Brasil impulsiona o Estado a não investir os recursos do fundo público em políticas sociais, gerando um aprofundamento nos cortes de gastos sociais, para desenvolver e valorizar o capital. Tal fato atinge diretamente os idosos pertencentes a classe trabalhadora e suas famílias. Como foi exposto no capítulo anterior deste trabalho, as famílias chefiadas por idosos e as unidades domésticas compostas apenas

por uma pessoa idosa está aumentando, o que acarreta em mais gastos financeiros, fazendo com que a aposentadoria não seja suficiente para a sobrevivência do idoso e de seus membros. Por isso,

[...] esses idosos costumam ser inseridos em ocupações informais, ainda mais precárias, e continuam a ser explorados pelo capital até onde a sua saúde lhes permita. Em muitos casos, permanecem trabalhando, mesmo doentes, por absoluta privação e até o limite de suas forças e de sua capacidade produtiva. (Teixeira, 2019, p.261)

A diminuição de políticas públicas corrobora com a responsabilização da família na garantia de bem-estar e cuidado de seus membros. A partir disso, Teixeira (2019) destaca que as leis sociais são elaboradas com ênfase da centralidade da família no cuidado com os seus membros.

Adiciona-se o fato de as legislações sociais estarem conectadas com o direcionamento dos organismos internacionais que enfatizam os princípios de diminuição do papel do Estado na provisão social, com a transferência de responsabilidades para a família, a comunidade, o voluntariado e a sociedade civil. (Teixeira, 2019, p.262)

A autora aponta que no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) é enfatizado a centralidade e responsabilização da família no cuidado com a pessoa idosa.

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 2003, apud, Teixeira, 2019, p.262)

Portanto, o Estado se desresponsabiliza de exercer a garantia de proteção social aos cidadãos com a criação de leis sociais, nas quais a família ganha destaque e torna-se a instituição responsável pela garantia de provisão de bem-estar e de acesso aos direitos sociais da pessoa idosa. Como é o caso da Política de Cuidado (Lei 15069, de 23 de dezembro de 2024) que tem como um dos objetivos “ incentivar a implementação de ações do setor privado e da sociedade civil, de forma a possibilitar a compatibilização entre o trabalho remunerado, as necessidades de cuidado e as responsabilidades familiares de cuidado”.

Assim, o Estado contribui para a valorização do capital, por meio da exploração, expropriação e precarização do trabalho.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Para trazer uma maior aproximação e dar concretude às discussões apresentadas nos dois capítulos deste trabalho, apresento algumas experiências vivenciadas por mim no período do estágio obrigatório, em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e em um hospital de urgência e emergência no município de Juiz Fora, debatidos nas supervisões de campo e acadêmica e registrados nos documentos, Portfólio e Diário de Campo, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Nessa perspectiva, é importante retomar a discussão apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, no qual é abordado a centralidade da mulher no trabalho do cuidado. Como apresentado, a divisão sexual do trabalho impacta o papel da mulher na produção e reprodução social, visto que o homem é considerado o provedor e a mulher é a dona de casa, responsável pelos cuidados com os filhos e com o lar. Desse modo, o Estado se desresponsabiliza do dever de prover bem-estar para os cidadãos e transfere essa responsabilidade principalmente para as mulheres, através de leis sociais e pela falta de políticas públicas. Fazendo com que os serviços essenciais sejam mercantilizados e ofertados pela sociedade civil, o que acarreta na desigualdade de acesso, visto que as famílias da classe trabalhadora não possuem condições financeiras de comprar tais serviços e recorrem para as Organizações Não Governamentais (ONGs), havendo assim uma precarização da oferta desses serviços. Tal fato aprofunda a desigualdade social entre as classes.

Para realizar o trabalho do cuidado entre os membros da família, muitas mulheres precisam abandonar seus empregos e estudos, pois sofrem pressão familiar ou dos cônjuges e, também, por falta de disponibilidade de outros membros da rede familiar, o que gera uma dependência e uma instabilidade financeira. Nesse sentido, é importante pontuar que os cuidados com a pessoa idosa são realizados, principalmente, pelas esposas e filhas, ou em alguns casos pelas netas, irmãs ou sobrinhas. Com isso, Teixeira (2019, p.266) aponta que

As filhas jovens dos idosos também são penalizadas com o trabalho do cuidado e com o trabalho doméstico ao ficarem impossibilitadas de trabalhar e estudar, tomando-se dependentes economicamente. O peso do trabalho reprodutivo acompanha as mulheres de todas as idades.

A partir disso, é necessário apresentar um dos registros realizados por mim⁴ durante o estágio em Serviço Social na UPA, em que uma usuária abandonou seu emprego para cuidar e acompanhar sua mãe idosa, que estava com a saúde debilitada:

Durante a busca ativa nos leitos da unidade, a usuária L nos relatou que sua mãe S possui a doença de Alzheimer e está acamada. L é filha única, casada e possui dois filhos. E S é viúva, aposentada e morava sozinha, próxima a residência da filha. Devido à doença, L se responsabilizou pelos cuidados com a mãe e a mesma foi morar em seu domicílio. Diante de muitas internações longas, L nos relatou que precisou sair de seu emprego, visto que não possuía nenhum outro familiar para acompanhar sua mãe, que seu marido trabalhava o dia inteiro e, também, mesmo com o emprego de ambos e aposentadoria, não era possível financeiramente contratar um cuidador. Então, L ao dedicar-se totalmente aos cuidados com a mãe passou a depender financeiramente do marido, uma vez que o valor da aposentadoria era destinado ao tratamento de S. A usuária nos relatou que nos períodos de internação, durante o dia, os filhos são cuidados pela vizinha antes de irem para a escola e que a noite o pai é o responsável pelas crianças, visto que ela não vai para casa em tais períodos. E quando a mãe não está internada, L é a responsável pelos cuidados com S, com os filhos e com a casa. (Diário de campo, 2024)

Nesse contexto, para intervir na realidade social da usuária, a assistente social conseguiu liberar o almoço e o jantar para a acompanhante, com o intuito de reduzir os gastos com a alimentação e a encaminhou para instituições que realizam atendimentos psicológicos com valor simbólico para os cuidados com sua saúde mental, devido à exaustão relatada pela usuária com a responsabilização dos cuidados com a sua mãe.

Neste relato, é possível compreender, também, como a precarização do trabalho, a baixa remuneração das mulheres no mercado de trabalho e a falta de políticas sociais afetam sua qualidade de vida. Porque o baixo salário não possibilita a contratação formal de um cuidador e a ausência de instituições de longa permanência para as pessoas idosas fazem com as mulheres das famílias sejam as responsáveis pelos cuidados de seus membros, o que acarreta na exaustão física e mental dessas mulheres, uma vez que todo o seu tempo é dedicado aos cuidados com a pessoa idosa e os filhos e, também, ao trabalho doméstico.

Além disso, é possível trazer para o debate aqui proposto outra experiência vivenciada por mim e pela equipe do Serviço Social durante o exercício do estágio no hospital, no qual é possível registrar a centralidade e a responsabilização das mulheres nos cuidados com a rede familiar. Vejamos:

⁴ Na descrição dos relatos de experiência utilizarei a primeira pessoa do singular devido a natureza dos elementos

O usuário M dirigiu-se até a sala do Serviço Social para relatar que sua mãe estava internada no hospital. M nos contou que a mãe é independente, reside sozinha, é viúva e sobrevive com a pensão de seu marido. Devido a internação da idosa, a esposa J de M estava de acompanhante durante o dia. Porém, ele nos relatou que J não trabalhava formalmente, era dona de casa e cuidava dos filhos. Já M era caminhoneiro e sustentava o domicílio. Com isso, ele nos perguntou se a mãe poderia passar as noites no hospital sem acompanhante, pois por causa de seu trabalho ele viajava constantemente e, por isso, J precisava retornar para casa à noite para cuidar dos filhos. A assistente social liberou que a idosa passasse a noite sozinha e informou aos enfermeiros para que os profissionais tivessem uma maior atenção com a mãe de M, devido ao fato de que ele era filho único e não tinha condições de contratar um cuidador, visto que não possuía um vínculo formal de trabalho. (Diário de Campo, 2024)

Desse modo, este relato reforça a divisão sexual do trabalho imposta pelo modo de produção capitalista, em que o trabalho do homem é voltado para à esfera produtiva e o trabalho da mulher é voltado para a esfera reprodutiva. Com o intuito de expandir e valorizar o capital, por meio da expropriação e da exploração do trabalho, fazendo com que o número de trabalhos informais e precarizados aumentem em grande escala, como é a realidade retratada pelo usuário. E, por isso, o usuário e sua esposa não conseguem oferecer um tratamento de qualidade para a idosa.

Nas economias capitalistas, o assalariamento tem sido insuficiente para produzir bem-estar. Independentemente de suas capacidades produtivas, os indivíduos necessitam consumir tanto mercadorias quanto bens e serviços que não podem ser obtidos no mercado, requerendo a existência de mecanismos de redistribuição atuando na sociedade. (Gama, 2014, p.69)

Ainda sobre o que foi apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, os idosos estão se tornando chefes de suas famílias, principalmente as mulheres idosas que estão atuando como provedoras de suas residências, como consequência do retorno dos filhos para a casa dos pais, por causa da precariedade do trabalho, do desemprego estrutural e do aumento de trabalhos informais, além de situações conjugais, como o aumento dos divórcios. Nesse sentido, Motta (2007, p.118) destaca

A situação de provedor é cada vez mais comum entre as mulheres idosas, assumindo elas, crescentemente, a chefia da família, em geral como viúvas ou descasadas, enquanto mantêm a tradicional rede de relações — lembre-se de Balandier (1977): a mulher como a tecelã da rede de relações sociais.

Diante disso, outro relato de experiência que demonstra essa situação de mulheres idosas como chefes de família é o da senhora A.

Durante uma busca ativa nos leitos, reparamos que a senhora A estava sem acompanhante. Ao conversarmos, ela nos relatou que tinha 70 anos, era aposentada, divorciada, tinha dois filhos e até 8 meses antes de ser internada ela residia sozinha. Porém, um de seus filhos perdeu o emprego de carteira assinada e, por isso, retornou para sua casa. A senhora A nos contou que estava sem acompanhante pois esse filho trabalhava informalmente durante o dia, por serviços de mobilidade urbana pelo transporte de aplicativo, para contribuir com os gastos do domicílio, visto que A recebia apenas a aposentadoria. Mas que o filho dormia durante a noite na UPA com ela, pois seu outro filho estava residindo em outro estado. A assistente social informou à enfermagem sobre o caso para que os profissionais tivessem uma maior atenção com a usuária durante o dia. (Diário de Campo, 2024)

Além do aumento no número de idosos chefes de família, há o aumento de idosos morando sozinhos. Nessa perspectiva, outra ocorrência vivenciada por mim durante o estágio no hospital demonstra tal fato.

O usuário H é idoso, reside sozinho em Juiz de Fora, não possui filhos, apenas uma irmã que reside fora do estado de Minas Gerais. Estava internado no hospital há mais de dez dias, aguardando a transferência de vaga para outro hospital. Ele dirigiu-se à sala do Serviço Social pois estava preocupado com o pagamento de sua conta de luz, devido ao benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), na qual garante desconto no valor da conta de luz residencial. H estava preocupado de não pagar a conta e perder o benefício, visto que estava há muitos dias internado e sua conta já estava vencida. Então, a assistente social solicitou que eu e a outra estagiária ligássemos para a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) para solicitar a fatura vencida. A tentativa de contato demorou, a ligação apenas chamava ou a empresa iniciava o atendimento e cancelava logo em seguida. Após muitas tentativas, a atendente da CEMIG nos atendeu e enviou a fatura para o email institucional do Serviço Social. Como H estava internado, não era possível realizar o pagamento da fatura e, por isso, entramos em contato com a irmã do usuário que prontamente realizou o pagamento da fatura. (Caso relatado no Portfólio, atividade avaliativa da supervisão de estágio, 2025)

A partir desse relato, é possível analisar que a aposentadoria, muitas vezes, não é o suficiente para garantir a sobrevivência dos idosos na sociedade. Muitos deles após se aposentarem retornam ao mercado de trabalho para conseguirem sobreviver, tal retorno acontece por meio do trabalho informal, visto que, pela idade já mais avançada, são envolvidos na perspectiva moral de que após a aposentadoria, a pessoa idosa não é capaz de produzir na velocidade e na quantidade que o modo de produção capitalista. Além disso, as condições precárias do trabalho informal e a ideologia do empreendedorismo fazem com que essa seja a única

alternativa que sobra para que essas pessoas mais velhas continuem ativas no mercado de trabalho. Desse modo,

[...] continua cada vez mais importante enfatizar a urgência de uma regulação justa das aposentadorias e pensões dos idosos, além de tudo porque, como apontado, elas ultrapassam a dimensão do rendimento individual e atingem a própria reprodução das famílias e da comunidade. (Motta, 2007, p.119)

Nesse contexto, é possível apresentar outra vivência no estágio no hospital sobre como a aposentadoria e o benefício disponibilizado pelo Programa de Transferência de Renda não são suficientes para garantir a sobrevivência das pessoas idosas e de suas famílias.

A senhora L, 70 anos, estava acompanhada da irmã N, de 80 anos. Ela nos relatou que as duas moram juntas e que N possui uma filha que reside fora do estado de Minas Gerais. L nos contou que a filha não auxilia e não visita N e que as duas cuidam uma da outra e tentam se manter com a aposentadoria de L e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que N recebe. Porém, L relatou que por causa do avanço da idade não está conseguindo cuidar da irmã mais velha, pois está mais debilitada fisicamente e que com a renda de ambas não é possível contratar uma cuidadora. Nesse contexto, a assistente social orientou L a entrar em contato com a filha de N para conversar e relatar toda a situação e, também, encaminhou o caso para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Além de demonstrar que os benefícios apenas atendem às necessidades básicas, é possível compreender que, a partir da centralidade da mulher para prover cuidados com os membros de sua família, ao envelhecer quem cuida de tais mulheres? Geralmente, a mulher ainda permanece nessa posição de ser a responsável pelo cuidado ao envelhecer, visto que o cuidado com a mulher idosa é realizado por outra idosa, como foi apresentado no caso acima. A filha com 60 anos cuida da mãe com 85, a irmã um pouco mais nova cuida da mais velha, a sobrinha cuida da tia, por exemplo. O que gera uma exaustão maior nessas mulheres, principalmente as que pertencem à classe trabalhadora, na qual já estão sofrendo todas as consequências físicas, mentais e financeiras da exploração e da precarização do trabalho, além de não acessarem plenamente os serviços que garantem a provisão de bem-estar, pois estão sendo mercantilizados.

Portanto, diante das experiências vivenciadas no estágio é possível compreender como a desresponsabilização do Estado em garantir a proteção social da população afeta diretamente a classe trabalhadora e as camadas mais pobres, uma vez que esses indivíduos não são contemplados por esses serviços ou acessam de maneira muito precarizada, o que

aprofunda a desigualdade social e gera uma sobrecarga nas famílias, principalmente nas mulheres. Ao se desresponsabilizar da provisão de bem-estar, o Estado favorece a lógica do capitalismo, com o intuito de valorizar e expandir o capital, por meio da exploração e expropriação da força de trabalho e pela alocação de recursos no fundo público visando o gasto com o mercado e com o amortecimento dos juros da dívida pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto neste Trabalho de Conclusão de Curso é possível compreender como o trabalho e o capitalismo impactaram na formação e na organização da família ao longo da história. E como o Estado, para atender às demandas do capital, não se responsabiliza, cada vez mais, pela garantia de proteção social aos seus cidadãos, fazendo com que recorram à família, principalmente, – através de leis sociais – a sociedade civil e ao mercado para garantir o acesso dos indivíduos aos seus direitos sociais. E, com isso, como a mulher tornou-se a principal responsável pelos cuidados de seus membros familiares, dando destaque para os cuidados com a pessoa idosa.

Através das análises realizadas, pode-se concluir que a partir da expansão do capitalismo, da industrialização e, conseqüentemente, da exploração da força de trabalho, novos modelos de família surgiram, pois os indivíduos não estavam conseguindo garantir a subsistência dos membros familiares. Nesse sentido, além dos homens, que eram considerados provedores por meio da divisão sexual do trabalho, foi necessário o ingresso de outros membros da família ao mercado de trabalho, como a mulher, os filhos e os idosos. O desenvolvimento do capitalismo fez com que os trabalhos informais aumentassem, acarretando no aprofundamento da precarização do trabalho.

Nesse viés, para atender às demandas do modo de produção capitalista, conclui-se que o Estado garante a produção e a reprodução social do sistema, visto que o capitalismo extrai grande parte do fundo público através das dívidas do Estado e de empresas estatais. Fazendo com que esta instituição social participe do mercado financeiro alocando o orçamento público para cobrir os juros da dívida pública. Nessa perspectiva, as políticas sociais são diretamente impactadas, visto que há um severo corte de gastos em seu investimento. Com isso, no Brasil, ao longo dos anos ocorreram várias contrarreformas nas políticas sociais, com o intuito de retirar a responsabilização do Estado na oferta dos serviços essenciais, como saúde, educação, cultura, assistência social, previdência, dentre outros.

A desresponsabilização do Estado impactou diretamente às famílias, tornando-as principais responsáveis na garantia de bem-estar de seus membros. Nesse contexto, pode-se concluir que é a partir das leis sociais que o Estado reforça a centralidade da família na provisão de direitos sociais e dos cuidados com os seus membros. A partir disso, a mulher assume o papel principal na garantia da proteção social e do cuidado, visto que a divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, a perspectiva moral de que as mulheres devem cuidar da casa e dos filhos reforçam esse papel. Com isso, conclui-se que as mulheres são

diretamente impactadas, uma vez que ao realizarem o trabalho do cuidado muitas abandonam seus empregos, afetando sua carreira profissional e tornando-as dependentes financeiramente de suas famílias. Além disso, muitas mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, em que exercem o trabalho remunerado e o trabalho doméstico e o do cuidado, gerando em uma sobrecarga de trabalho. Nessa perspectiva, pode-se concluir que as mulheres nas camadas mais pobres, muitas vezes, realizam o trabalho doméstico remunerado, ou não, de forma informal e precarizada, principalmente as mulheres pretas. Por isso, são as que têm menos chances de contratarem serviços privados para as demandas domésticas e do cuidado, o que impacta em sua saúde física e mental, devido à sobrecarga e à precarização.

Além disso, a desresponsabilização do Estado também impacta diretamente os idosos da classe trabalhadora, em que são afetados, na velhice, pelo agravamento das múltiplas expressões da questão social que os assola durante toda sua vida, por meio da exploração de sua força de trabalho e das mudanças sociais impostas pelo capital. É nesse momento de vida que os idosos mais dependem dos serviços públicos e privados, porque muitas vezes a aposentadoria não é suficiente para a sobrevivência. E, como foi exposto neste trabalho, a partir dos novos modelos de família, os idosos estão se tornando chefes das famílias, o que impacta ainda mais na dependência dos serviços públicos e privados.

Então, a família é a principal instituição responsável pela proteção social e pela provisão de bem-estar. A desresponsabilização do Estado faz com que haja o agravamento da desigualdade social, visto que as famílias das camadas mais pobres não conseguem efetuar a compra de serviços mercantilizados e, muitas vezes, esses serviços são ofertados de maneira precarizada pelo próprio Estado e pela sociedade civil. O que gera uma má qualidade de vida para todos os membros das famílias, pois são afetados pela falta de serviços e pela exploração de sua força de trabalho.

É importante pontuar que os programas de transferência de renda, no país, promovem a saída das condições de miserabilidade a que muitos brasileiros estariam submetidos se não fosse pela existência deles. No entanto, tais programas não suprem todas as necessidades sociais da população, principalmente da pessoa idosa, devido ao aumento do envelhecimento populacional. Então, a desigualdade social permanece e a responsabilidade sobre suas múltiplas manifestações é “privatizada” e, “familiarizada”.

Portanto, é importante reafirmar o dever do Estado em garantir o acesso das pessoas idosas aos direitos sociais. Assim sendo, é fundamental que os assistentes sociais continuem estudando e pesquisando, de maneira crítica, sobre a garantia da proteção social como dever

do Estado e sobre a centralidade da família, principalmente das mulheres, no cuidado com a pessoa idosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete (org.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 280 p.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia (org.). *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.948, de 03 de julho de 1996*. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Brasília, DF: MPAS/SAS, 2000.

BRASIL. *Estatuto do Idoso*. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. *Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024*. Institui a Política Nacional de Cuidados. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-15069-23-dezembro-2024-796797-publicacaooriginal-173901-pl.html>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão aprova novas regras para BPC e autoriza uso de videoconferência em avaliações. *Notícias Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 13 nov. 2025. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1222623-comissao-aprova-novas-regras-para-bpc-e-autoriza-uso-de-videoconferencia-em-avaliacoes/>.

CARTAXO, Ana Maria Baima; CABRAL, Maria do Socorro Reis (org.). *Seguridade social, previdência e serviço social: desafios do tempo presente*. São Paulo: Cortez, 2022.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEBERT, Guita Grin. O significado da velhice na sociedade brasileira. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, p. 147–158, 2000.

GAMA, A. de S. *Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2014.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 27 out. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022: pela primeira vez, menos da metade das famílias do país são formadas por casais com filhos. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 5 nov. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44960-censo-2022-pela-primeira-vez-menos-da-metade-das-familias-do-pais-sao-formadas-por-casais-com-filhos>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022: uniões consensuais ultrapassam casamentos no civil e religioso. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 5 nov. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44958-censo-2022-unioes-consensuais-ultrapassam-casamentos-no-civil-e-religioso>.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 1, livro 1, cap. XXIII.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. *Geografia do envelhecimento: algumas questões para o debate*. Curitiba: CRV, 2020. 230 p.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. *Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina*. Fortaleza: EDUECE, 2001.

PODER360. Conheça a faixa etária dos mortos por covid no Brasil e em outros países. *Poder360*, 9 nov. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/conheca-a-faixa-etaria-dos-mortos-por-covid-no-brasil-e-em-outros-paises/>.

SALVADOR, Evilásio et al. (org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

SAMPIERI, Roberto. *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2013.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política social de proteção ao idoso: a reafirmação da cultura privacionista no trato das refrações da questão social. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 11, n. 1, 2007.

TEIXEIRA, Solange Maria (org.). *Envelhecimento na sociabilidade do capital*. Campinas: Papel Social, 2017.

TEIXEIRA, Solange Maria; CAMPELO, Sálvea de Oliveira; PAIVA, Nanci Soares (org.). *Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas*. Curitiba: CRV, 2019. 352 p.